

**UASG 926639**  
**Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas**  
**Diretoria Administrativo-Financeira**  
**Divisão de Suprimentos**

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 6/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026**

<b>Objeto:</b>	<b>Contratação de seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência ou auxílio funeral, conforme Termo de Referência</b>
<b>Valor Máximo Estimado:</b>	<b>R\$ 423.549,00 (quatrocentos e vinte e três mil, quinhentos e quarenta e nove reais)</b>
<b>Data da sessão pública:</b>	18/06/2026, às 8 horas e 30 minutos (horário de Brasília – DF)
<b>Critério de julgamento:</b>	Menor Preço por Item – Lances pelo Valor Unitário do Item
<b>Modo de disputa:</b>	Aberto – Ampla Participação
<b>Intervalo mínimo entre lances:</b>	<b>R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o Item 1;</b> <b>R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o Item 2.</b>
<b>Endereço eletrônico:</b>	<a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>
<b>Esclarecimentos e Impugnações:</b>	até 3 (três) dias úteis que antecederem a abertura da sessão pública

A Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, por solicitação da Diretoria Administrativa e Financeira e em conformidade com a determinação do Sr. Diretor Presidente, por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 28/2026, de 20 de fevereiro de 2026, torna público aos interessados que realizará Licitação definida e disciplinada por este Edital nº 6/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 90005/2026 – Processo de Compra Digital nº 59/2026, para **Contratação de seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência ou auxílio funeral, conforme Termo de Referência**, do tipo Menor Preço por item – Licitação com Ampla Participação, no dia 18 de junho de 2026 às 8 horas e 30 minutos (horário de Brasília – DF), ou no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, através do endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

## **1. DO SUPORTE LEGAL**

1.1. Esta licitação é regida e regulamentada pelos seguintes dispositivos legais:

1. Constituição Federal;
2. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
3. Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);
4. Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 (Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Adm. Pública federal direta, autárquica e fundacional);

5. Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no âmbito do Poder Executivo Federal), e suas atualizações;
6. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas atualizações;
7. Lei Orgânica Municipal;
8. Portarias Fundhas nº 7/2024, de 9 de janeiro de 2024, e nº 19/2024, de 9 de fevereiro de 2024;
9. Demais disposições legais aplicáveis, inclusive subsidiariamente, aos princípios gerais de Direito;

## 2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Edital, a **Contratação de seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência ou auxílio funeral, conforme Termo de Referência**, conforme descrito no **Anexo I – Termo de Referência (Item 1 e Item 2)**.

Item	Cód. CATSER	Descrição	Qtde	Unid.	Prêmio Unit.	Prêmio Total
1	30142	Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para funcionários, Auxílio funeral para crianças e Indenização para adolescentes e aprendizes, conforme Termo de Referência (Cód. 41.1.2)	1	SV	R\$ 421.197,00	R\$ 421.197,00
2	906	Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para alunos dos cursos técnicos do Cephas (morte, invalidez permanente, parcial/total por acidente) - (Cód. 46.1.182)	1	SV	R\$ 2.352,00	R\$ 2.352,00

### 2.1.1. Planilha Quantitativa – taxa e valores máximos

Item	Descrição	Qtde	Unid.	Taxa (%)	Prêmio Mensal	Prêmio 12 Meses
<b>Item 1 - Crianças, adolescentes, aprendizes, empregados</b>						
1.1	Empregados Capital segurado (média): R\$ 162.926,03	501	SV	0,3886%	R\$ 31.719,84	R\$ 380.638,08
1.2	Adolescentes a partir de 14 anos Capital segurado: R\$ 3.000,00	1.941	SV	0,2596%	R\$ 1.511,65	R\$ 18.139,80
1.3	Crianças até 13 anos Capital segurado: R\$ 3.000,00	2.446	SV	0,2546%	R\$ 1.868,26	R\$ 22.419,12
<b>Valor Total do Item 1: R\$ 421.197,00</b>						
<b>Item 2 - Alunos do curso técnico do Cephas</b>						
2.1	Alunos Capital segurado: R\$ 10.000,00	400	SV	não se aplica	R\$ 196,00	R\$ 2.352,00

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme constante do **Anexo I – Termo de Referência (Item 1 e Item 2)**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse; todavia, para o **item 1**, deverão ser cotados todos os subitens que o compõem.

2.3. Em caso de divergência entre as especificações do catálogo CATSER e as deste Edital, prevalecerão as constantes deste Edital.

### 3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Menor Preço por Item – Lances pelo Valor Unitário do Item.

### 4. DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos do Orçamento 2026 (Recursos Próprios/Tesouro), dotações orçamentárias:

- a) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 9, Projeto 1, Centro de Custo 6051;
- b) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 9, Projeto 2, Centro de Custo 6051;
- c) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 9, Projeto 3, Centro de Custo 6051;
- d) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 9, Projeto 4, Centro de Custo 6051;
- e) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 9, Projeto 5, Centro de Custo 6051;
- f) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.501.04.1100000, Ficha 6, Projeto 16, Centro de Custo 6051;
- g) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 9, Projeto 3, Centro de Custo 6068.

### 5. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. O Edital da presente licitação poderá ser obtido pelo interessado via Internet, diretamente no Portal Nacional de Compras Públicas e no endereço eletrônico [www.fundhas.org.br](http://www.fundhas.org.br) (Licitações) – onde haverá o direcionamento à respectiva página para download.

5.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.3. A Divisão de Suprimentos responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

5.4. A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente Edital deverão ser enviadas para o e-mail [licitacoes@fundhas.org.br](mailto:licitacoes@fundhas.org.br).

5.5. As respostas serão divulgadas nos sites [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.fundhas.org.br](http://www.fundhas.org.br), cabendo aos licitantes a obrigação de verificar os mesmos antes de apresentarem suas propostas.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

5.7. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida nova data para a realização do certame.

5.8. Em caso de não solicitação pelas proponentes de esclarecimentos e informações ou de impugnação ao Edital, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos.

5.9. **Contato:** Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, Divisão de Suprimentos – Setor de Licitações, situada na Rua Santarém, nº 560 – Bairro Parque Industrial, São José dos Campos – SP, CEP 12235-550, no horário das 7h30 às 12h e das 13h30 às 17h, de 2ª a 6ª feira - e-mail: [licitacoes@fundhas.org.br](mailto:licitacoes@fundhas.org.br).

## 6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, observadas as condições deste Edital.

6.2. Os interessados deverão, além de atender às demais exigências constantes neste Edital e seus anexos, estar devidamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

1. Os interessados deverão acessar o Portal de Compras do Governo Federal e se cadastrar previamente como “Fornecedor”.
2. Havendo necessidade de contato com o Portal de Compras do Governo Federal para suporte ao uso da plataforma, deverá ser realizado contato via telefone 0800.978.9001 ou pelo Portal de Atendimento: [www.gov.br/compras/pt-br/canais\\_atendimento/central-de-atendimento](http://www.gov.br/compras/pt-br/canais_atendimento/central-de-atendimento) – suporte realizado de segunda à sexta-feira, das 7h às 20h.
3. Para maiores informações sobre a utilização do sistema eletrônico, os interessados podem obter o “Passo a Passo” no site: [www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor/guia-para-fornecedores.pdf](http://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor/guia-para-fornecedores.pdf).

6.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão de seu representante.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.6. A proponente, no ato de cadastramento, deverá indicar sua condição de enquadramento empresarial, selecionando uma dentre aquelas categorias relacionadas.

1. No caso de participação de empresas aptas a usufruir do tratamento favorecido, nos moldes da Lei Complementar nº 123, de 2006 e atualizações, as interessadas deverão declarar tal condição através dos meios disponibilizados pelo sistema.

6.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e atualizações.

6.8. Não poderão disputar esta licitação:

1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata de Registro de Preços, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021;
11. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, por não se aplicarem ao objeto da presente contratação.

6.9. O impedimento de que trata o **subitem 6.8.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 6.8.2. e 6.8.3.**, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.11. O disposto nos **subitens 6.8.2. e 6.8.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol

de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13. A vedação de que trata o **subitem 6.8.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.14. Os interessados deverão participar do certame através da mesma pessoa jurídica que virá a executar o Contrato, ou seja, caso participe como matriz, deverá apresentar toda a documentação em nome da matriz, caso participe como filial, deverá fazê-lo em nome da filial.

1. Fica vedada a execução do Contrato por pessoa jurídica diversa daquelas originalmente participante do certame.

6.15. Fica autorizada a participação de empresas que se encontrem em recuperação judicial mediante a apresentação do Plano de Recuperação já homologado e em vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira.

6.16. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006 e atualizações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e atualizações, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.6. A falsidade da declaração descrita nos subitens 7.3. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.14. Após a abertura do Pregão, não será admitido o cancelamento de eventual proposta enviada.

## **8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1. Valor unitário e total do item;
2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.



8.2. No preço proposto deverão estar também contemplados todos os custos diretos e indiretos porventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionados com o objeto da presente licitação, tais como: impostos, taxas, fretes, materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, encargos, entre outros.

8.3. Os preços ofertados tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. Os preços cotados deverão ser referidos à data limite de recebimento das propostas.

8.5. É vedada a subcontratação do objeto deste Edital.

8.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

8.7. Aplica-se à contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234, de 2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda – IR, por parte da Administração Pública Municipal.

8.8. Não será obrigatório ao licitante apresentar proposta para todos os itens, facultando-se apresentar proposta somente aos itens de seu interesse; todavia, para o item 1, deverão ser cotados todos os subitens que o compõem.

## 9. DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, a partir das 8 horas e 30 minutos do dia 18 de junho de 2026 (horário de Brasília), no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

9.2. Para ter acesso à etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

9.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4. Como medida excepcional, poderá haver a exclusão da proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

9.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.



9.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.9. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.10. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o Item 1 e de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o Item 2.**

9.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: **“aberto”**.

9.13. Os licitantes enviarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem legal de classificação.
4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará lances segundo a ordem crescente de valores.

9.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.16. Durante o transcurso da sessão pública os licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, conhecer valor e horário do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor de cada lance.

9.17. É vedado aos licitantes estabelecer comunicações entre si através de “chat” do sistema, em qualquer fase da licitação, podendo o Pregoeiro, justificadamente, proceder à desclassificação das propostas dos licitantes que assim procederem.

9.18. No caso de desconexão com o Agente de Contratação no decorrer da etapa competitiva do Pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos.

1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.19. Caso o licitante não apresente lances concorrerá com o valor de sua proposta.

9.20. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

9.21. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

9.22. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
  - a. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - b. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - c. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - d. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - b. empresas brasileiras;
  - c. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

3. Infrutíferos os critérios de desempate de que o art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, proceder-se-á ao sorteio.

## 10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.5. Encerrada a negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº 14.133, de 2021 e na legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1. SICAF;
2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes](http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes));
3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes](http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes));
4. Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>.

10.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

10.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (art. 29, *caput*, IN nº 3, de 2018).

1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (art. 29, §1º, IN nº 3, de 2018).
2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (art. 29, §2º, IN nº 3, de 2018).
3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.8. Constatado o atendimento às condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

## 11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os pertinentes aos serviços ofertados, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.2. A proposta ajustada ao lance final deverá ser elaborada conforme modelo constante do **Anexo II – Modelo de Proposta Comercial**, deste Edital.
- 11.3. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 11.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.
- 11.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos art. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 11.6. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 11.7. O Agente de Contratação poderá utilizar-se de auxílio da área técnica requisitante para, baseado em parecer técnico motivado e conclusivo, julgar a proposta no que diz respeito às especificações técnicas definidas no Edital.
- 11.8. O Agente de Contratação poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, devendo o licitante atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 11.9. Se a proposta do primeiro licitante classificado da etapa competitiva de lances não for aceitável, o Agente de Contratação examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital.
- 11.10. Será desclassificada a proposta considerada vencedora que:
  1. Contiver vícios insanáveis;
  2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Anexo I – Termo de Referência (Item 1 e Item 2)**;
  3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para contratação;
  4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
  1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
    - a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 11.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.13. Não serão motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para esta Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes, podendo o Agente de Contratação sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**11.14. O Agente de Contratação não aceitará o item cujo preço unitário/total seja superior ao estimado para a contratação, constante consta do Anexo I – Termo de Referência (Item 1 e Item 2).**

11.15. Constatado o atendimento aos requisitos deste Edital, a proposta da licitante será classificada.

11.16. Encerrado o julgamento das propostas, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, conforme **item 12.** deste Edital.

11.17. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

## **12. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

12.1. Os documentos previstos no **Anexo I – Termo de Referência (Item 1 e Item 2)**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos art. 62 a 70, da Lei nº 14.133, de 2021.

1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (art. 7º, *caput*, da IN nº 3, de 2018).

- a) A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (art. 7º, parágrafo único, da IN nº 3, de 2018).

12.2. Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir:

### ***Habilitação jurídica:***

1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, juntamente com todas as alterações ou consolidação das alterações, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
  - a) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

**Regularidade fiscal e trabalhista:**

5. Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
6. Comprovante de Inscrição no Cadastro de Contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do presente Edital;
7. Certidão relativa à regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
8. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais, através de Certidão Conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
9. Certidão relativa à regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade;
10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa;
  - a) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**Qualificação Econômico-Financeira:**

11. Certidão Negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da Sede do licitante.
12. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser utilizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
  - a) Pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício. (§6º do art. 69, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (§1º do art. 69, da Lei nº 14.133, de 2021).
13. Apresentação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou maiores que 1 (= ou > 1), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, comprovando a boa situação financeira da empresa:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- a) Deverá ser apresentado índices decorrentes dos Balanços Patrimoniais referentes aos **2 (dois) últimos exercícios sociais**.

**Qualificação técnica:**

14. **Somente para as licitantes que ofertarem proposta para o item 1:** Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o licitante ter executado serviços de características semelhantes e compatíveis com o objeto do presente Edital, com quantitativos de no mínimo, 30% (trinta por cento) da quantidade total estimada de segurados, conforme descrito no item 3.8. do **Anexo I – Termo de Referência (Item 1 e Item 2)**, admitindo-se a somatória de atestados para a comprovação:

Quantidade total de segurados:	4.888
30%:	1.466

- a) O (s) Atestado (s) deve (m) ser emitido (s) em papel timbrado, datado (s) e assinado (s), com identificação do signatário, podendo ser utilizado o modelo constante no **Anexo VI** deste Edital;
- b) As informações contidas no (s) Atestados (s) estão sujeitas à verificação de sua autenticidade por parte da Administração.
15. Prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.
- 12.3. O licitante deverá, ainda, apresentar DECLARAÇÃO conforme modelo constante do **Anexo III** deste Edital.
- 12.4. Será verificado também, se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 12.5. Para fins de habilitação, a verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 12.6. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.
- a) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, da IN nº 3, de 2018).
- 12.7. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 12.8. O licitante provisoriamente vencedor em um item que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis – **se for o caso**.



1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 39, §4º, da IN nº 73, de 2022):

1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, apresentar documentos incompletos, incorretos ou com o prazo de validade expirado.

12.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no **subitem 12.6**.

12.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º, do Decreto nº 8.538, de 2015).

12.16. Os documentos solicitados para participação nesta licitação quando não encaminhados em seus originais poderão ser validamente apresentados, por meio de publicação realizada em órgão da imprensa oficial ou, ainda, por cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via “Internet”.

12.17. Não serão aceitos protocolos ou documentos com data de validade vencida. Quando não consignar o prazo de validade, será considerado válido o documento expedido com data não superior a 120 (cento e vinte) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

12.18. No caso de documentos produzidos em outro país, deverão ser autenticados pelo respectivo consulado e traduzidos para o português por tradutor juramentado.

12.19. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

1. Toda documentação do licitante deverá se referir ao número de CNPJ da pessoa jurídica que efetivamente irá fornecer o bem ou prestar os serviços, quer seja matriz, quer seja filial (art. 75, § 1º, da Lei nº 10.406, de 2002 – Código Civil Brasileiro).

12.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

12.21. Será admitida apenas 1 (um) licitante vencedor para cada item.

### 13. DOS RECURSOS

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **até 1 (uma) hora**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.fundhas.org.br](http://www.fundhas.org.br).

### 14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2. A adjudicação será feita pelo valor total do(s) item(ns) ao(s) licitante(s) vencedor(es).

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

## 15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A contratação do objeto desta licitação dar-se-á mediante assinatura de Contrato e do Termo de Ciência e de Notificação, nos termos dos **Anexos V e VI**, partes integrantes deste Edital.

15.2. O licitante considerado vencedor será convocado para, no prazo de 3 (três) dias úteis, assinar o Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação, sob a pena de decair do direito de prestar os serviços, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. A recusa injustificada do licitante em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, nos termos do art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. Constatada a hipótese descrita no subitem anterior, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o Edital, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 90, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.6. A contratação dos demais convocados fica vinculada à análise da documentação de habilitação contida no **item 12**, deste Edital.

15.7. Quando da contratação, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de qualificação apresentadas no processo licitatório.

15.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, na forma dos art. 105 a 107, da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal.

15.9 A prorrogação do Contrato está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a CONTRATANTE mantém interesse na realização do serviço;
4. Haja manifestação expressa do CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

15.10. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.11. A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

15.12. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

15.13. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

## **16. DA GARANTIA CONTRATUAL DE EXECUÇÃO**

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **17. DOS PRAZOS DE INÍCIO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **17.1. Item 1:**

1. O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, com início no dia 02/07/2026.
2. A seguradora contratada deverá emitir a Apólice de Seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados (capitais segurados), prazo de vigência e condições gerais.

### **17.2. Item 2:**

1. O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE.
  - a) O prazo de entrega se inicia no dia útil seguinte ao do envio da Autorização de Fornecimento.
2. A seguradora contratada deverá emitir a Apólice no prazo máximo de 24 horas após a assinatura do Contrato, a qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados (capitais segurados), prazo de vigência e condições gerais.

17.3. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, estar em conformidade com os termos da Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, se for o caso.

1. O não atendimento da prescrição acima sujeita o licitante à sua recusa, bem como às demais sanções legais e contratuais cabíveis.

17.4. Não será aceito preço divergente do constante na Autorização de Fornecimento e proposta vencedora.

17.5. O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções cabendo à fiscalização não atestar o Recebimento Definitivo até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pela qualidade e garantia do objeto.

17.8. A entrega e o recebimento dos serviços deverão seguir ainda, as disposições descritas **no item 5 do Anexo I – Termo de Referência (Item 1 e Item 2)** deste Edital.

## **18. DOS PAGAMENTOS**

18.1. Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços, objeto do Contrato, será efetuado em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, da seguinte forma:

1. Entrega da Nota Fiscal/Fatura correspondente à prestação mensal dos serviços;
2. Conferência e aprovação pelo Fiscal do Contrato;
3. Pagamento: mínimo de 15 (quinze) dias após aprovação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratante.

18.2. A liquidação dos valores correspondentes à prestação dos serviços será realizada através de depósito bancário, devendo ser informados o nome do banco, agência e conta corrente, em nome da CONTRATADA.

18.3. A entrega das notas fiscais/faturas à Administração correspondentes à prestação dos serviços não poderá exceder 2 (dois) dias úteis à sua emissão.

18.4. Caso haja emissão de nota fiscal eletrônica, o e-mail para cadastro no sistema é: [almoxarifado@fundhas.org.br](mailto:almoxarifado@fundhas.org.br).

18.5. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, CNPJ nº 57.522.468/0001-63.

18.6. A Administração se reserva o direito de descontar do pagamento, eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos, e prejuízos contra terceiros.

18.7. Em caso de erros ou omissões nas notas fiscais, o prazo estipulado no **item 18.1.** será contado a partir da data de sua reapresentação.

18.8. Aplica-se à contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234, de 2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda – IR, por parte da Administração Pública Municipal.

18.9. Os critérios de pagamento dos serviços deverão seguir ainda, as disposições descritas no **item 6 do Anexo I – Termo de Referência (Item 1 e Item 2)** deste Edital.

## **19. DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL**

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contados da data-base vinculada à data do orçamento estimado, sendo esta a data de **22/05/2026**.

19.2. A CONTRATANTE concederá reajuste no preço à CONTRATADA, segundo inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro valor menor de comum acordo entre as partes, para continuidade da prestação dos serviços, decorridos 12 (doze) meses da data-base vinculada à data do orçamento estimado - **22/05/2026**, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

19.5. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

19.7. Caso haja reajuste, este poderá ser realizado por apostilamento.

19.8. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA devidamente instruída e endereçada à Divisão de Contratos. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até 30 (trinta) dias antes de completar a anualidade prevista no **item 4 e 7 dos Termos de Referência do item 1 e 2, respectivamente**.

19.9. Caso a CONTRATADA não efetue de forma tempestiva o requerimento ao reajuste e prorogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar, entendido este ato como renúncia ao direito de reajuste por parte da CONTRATADA.

## **20. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**

20.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.2. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da (s) entrega (s) do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.3. O fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE (art. 120, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.5. A fiscalização da fase de execução dos contratos celebrados nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, está disciplinada pela Portaria nº 7/2024 – Fundhas.

## **21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Licitante/CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do Contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas *b, c, d, e, f* e *g* do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas *h, i, j, k* e *l* do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas *b, c, d, e, f* e *g*, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
4. Multa:
  - a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - b) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - c) compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - d) compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.

21.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

21.4. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.5. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, d da Lei nº 14.133, de 2021);
3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

21.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em Processo Administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
2. As peculiaridades do caso concreto;
3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. Os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e Contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº



12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.10. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

21.12. Os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, estão disciplinadas pela Portaria nº 19/2024 – Fundhas.

## **22. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

22.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

1. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferecer vantagem;
2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;
3. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

22.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1. Nesta hipótese, aplicam-se também, as disposições dos art. 138 e 139 da mesma Lei.
2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.
  - a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

22.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido por:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

22.4. Constituirão motivos para extinção do Contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do Processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas correlatas ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que restrinja sua capacidade de concluir o Contrato;
4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;
6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
8. Razões de interesse público, justificadas pela CONTRATANTE;
9. Não cumprimento das obrigações relativas a reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

## **23. DOS ANEXOS**

23.1. Fazem parte deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes Anexos:

ANEXO I –	Termo de Referência
ANEXO II –	Proposta Comercial – Modelo
ANEXO III –	Declaração – Modelo
ANEXO IV –	Contrato – Minuta
ANEXO V –	Termo de Ciência e Notificação – Modelo
ANEXO VI –	Atestado de Capacidade Técnica – Modelo

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. Será divulgado relatório das ocorrências durante a sessão pública no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.9. Todas as informações adicionais com relação ao objeto deverão estar especificadas na proposta, de acordo com o art. 30, da Lei 8.078 de 11/09/1990 e suas alterações (Código de Defesa do Consumidor).

24.10. A Administração, responsável pelo presente Pregão, reserva-se o direito de:

1. Revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento;
2. Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;
3. Adiar o recebimento das propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data.

24.11. O resultado do presente certame será divulgado no Portal Nacional de Compras Públicas, no Diário Oficial do Estado de São Paulo ([www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br) – Caderno Executivo I) e no jornal Diário de Notícias.

24.12. pós a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e, se esta Administração entender cabível, também no site [www.fundhas.org.br](http://www.fundhas.org.br), os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenha integrado o Edital e seus anexos.

24.13. As dúvidas surgidas na aplicação do presente Edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela Presidência da Administração.

24.14. Fica eleito o foro de São José dos Campos – SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões não resolvidas administrativamente e que não puderam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

São José dos Campos, 28 de maio de 2026.

*Juvenil de Almeida Silvério,*  
*Diretor Presidente*

Processo de Compra Digital nº 59/2026 – Pregão Eletrônico nº 90005/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (ITEM 1)

UASG: 926639

**Órgão:** Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas

Rua Santarém, nº 560 – Parque Industrial, São José dos Campos/SP – CEP 12235-550

**Objeto:** Contratação de seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência ou auxílio funeral, conforme Termo de Referência

O presente instrumento, formalizado com base nos levantamentos efetivados no Estudo Técnico Preliminar, utilizou como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento. Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, todas as exigências que estarão contidas no Edital, quando couber.

## 1. DO OBJETO

**1.1.** Contratação de seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência ou auxílio funeral, para atender a demanda desta Instituição, conforme condições e exigências estabelecidas no item 1.2., compreendendo:

1. Contratação de seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, destinado aos empregados públicos, aprendizes e adolescentes assistidos pela Fundação;
2. Contratação de auxílio funeral fixo para crianças assistidas;
3. Contratação de assistência funeral ou auxílio funeral para empregados públicos.
  1. Os empregados e aprendizes da Fundhas possuem vínculo regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. As crianças, adolescentes e os demais atendidos da Instituição não possuem vínculo empregatício.

**1.2.** Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

Item	Cód. GIAP	Descrição	Qtde.	Unid.	Prêmio Unit. 12 meses	Prêmio Total 12 Meses
1	41.1.2.	Contratação de seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência e auxílio funeral, conforme Termo de	1	Sv	R\$ 421.197,00	R\$ 421.197,00

		Referência, pelo período de 12 meses				
--	--	--------------------------------------	--	--	--	--

### 1.2.1. Planilha Quantitativa

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Taxa (%)	Prêmio Mensal	Prêmio – 12 Meses
1.1.	Empregados Capital segurado (média): R\$ 162.926,03	501	Sv	0,3886%	R\$ 31.719,84	R\$ 380.638,08
1.2.	Adolescentes a partir de 14 anos Capital segurado: R\$ 3.000,00	1.941	Sv	0,2596%	R\$ 1.511,65	R\$ 18.139,80
1.3.	Crianças até 13 anos Capital segurado: R\$ 3.000,00	2.446	Sv	0,2546%	R\$ 1.868,26	R\$ 22.419,12
<b>Valores Totais:</b>					<b>R\$ 35.099,75</b>	<b>R\$ 421.197,00</b>

**1.2.2.** O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária.

### 1.3. Utilização do catálogo de padronização:

**1.3.1.** O órgão adotará catálogo próprio e os produtos não estão padronizados até a presente data, sendo utilizada a especificação técnica contida no sistema interno enquanto o catálogo de padronização está sendo construído gradativamente.

## 2. Da justificativa/ necessidade da contratação

**2.1.** Conforme materializada no relatório do ETP, a contratação de seguro de vida faz parte da política de valorização das crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Fundhas, de modo a garantir que os seus beneficiários/familiares não fiquem desamparados no caso de ocorrência de eventuais sinistros, garantindo-lhes a tranquilidade necessária para a execução de suas atividades.

**2.2.** A atividade será administrada pela Divisão de Recursos Humanos - DRH, recebendo, acompanhando e/ou encaminhando e tramitando a documentação referente à Assistência Funeral, Auxílio Funeral e ao Sinistro.

## 3. Da descrição da solução como um todo requisitos da contratação

Conforme previsto no relatório do ETP, a solução como um todo estabelece os requisitos abaixo:

### 3.1. Do consórcio:

**3.1.1.** Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, por não se aplicar ao objeto da

contratação.

### **3.2. Subcontratação:**

**3.2.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **3.3. Da exigência de garantia da contratação:**

**3.3.1.** Conforme justificado no ETP, não haverá necessidade de exigência de garantia contratual.

### **3.4. DEFINIÇÕES**

**3.4.1.** Apólice: documento que formaliza o contrato de seguro, estabelecendo os direitos e as obrigações da sociedade seguradora e do segurado, discriminando as garantias contratadas.

**3.4.2.** Assistência Funeral: conjunto de serviços disponibilizado ao empregado segurado para o beneficiário ou familiar para a organização e execução do funeral.

**3.4.3.** Auxílio Funeral: benefício de natureza indenizatória, consistente no pagamento de valor fixo previamente estabelecido neste Termo de Referência, concedido à família/responsável da criança, menores de 14 (quatorze) anos, em caso de falecimento, independentemente da comprovação de despesas.

**3.4.4.** Beneficiário: Pessoa física ou jurídica à qual é devida a indenização em caso de sinistro.

**3.4.5.** Capital segurado: pagamento a ser efetuado ao beneficiário, sob a forma de pagamento único ou de renda.

**3.4.6.** Certificado de seguro: documento emitido pela seguradora que comprova a inclusão do segurado na apólice coletiva.

**3.4.7.** Estipulante: pessoa jurídica que propõe a contratação do plano coletivo (Fundhas), ficando investida de poderes de representação do segurado perante a sociedade seguradora.

**3.4.8.** Grupo segurável: é a totalidade das pessoas físicas vinculadas ao estipulante que reúne as condições para inclusão na apólice coletiva.

**3.4.9.** Prêmio: é a prestação paga pelo segurado, para a contratação do seguro.

**3.4.10.** Sinistro: ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.

### **3.5. DA COBERTURA DO SEGURO E DO VALOR**

#### **3.5.1. Criança, adolescentes, aprendizes ou outros atendidos geral**

- Auxílio Funeral para as crianças - idade menor de 14 (quatorze) anos: no valor fixo de R\$ 3.000,00 (três mil reais), não condicionada à apresentação de comprovantes de despesas e não caracterizada como reembolso ou prestação de serviços.

#### **3.5.2. Indenização para adolescentes, aprendizes ou outros atendidos - idade igual ou maior de 14 (quatorze) anos:**

- Morte natural: Valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- Morte acidental: Valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: Valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- Invalidez Funcional Permanente Total por Doença: Valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

**3.5.3. Empregados** - O capital será limitado a 20 (vinte) ou 40 (quarenta) vezes a remuneração (salário composto: soma do salário base, adicionais por tempo de serviço, gratificações e vantagens pessoais).

**3.5.3.1. Seguro de Vida / Invalidez**

- Morte natural: 20 (vinte) vezes a remuneração;
- Morte acidental: adicional de 20 (vinte) vezes, totalizando 40 (quarenta) vezes a remuneração;
- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: adicional de 20 (vinte) vezes, totalizando 40 (quarenta) vezes a remuneração;
- Invalidez Funcional Permanente Total por Doença: 20 (vinte) vezes a remuneração.

**3.5.3.2. Assistência Funeral ou Auxílio Funeral para empregados**

- Valor até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

**3.6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.6.1. Auxílio Funeral** – Crianças (menor de 14 anos) o(s) familiar(es)/responsável(is) deverá(ão) enviar os documentos abaixo para a Divisão de Recursos Humanos, via e-mail, escaneados:

- a) Certidão de Óbito;
- b) Documento de identidade do familiar/responsável;
- c) Número da Conta corrente.

**3.6.1.1.** O pagamento do Auxílio Funeral será efetuado, em parcela única, em conta corrente, indicada pelo familiar/responsável.

**3.6.2. Assistência funeral ou Auxílio Funeral - Empregados**

**3.6.2.1.** Assistência Funeral - Os serviços compreendidos serão realizados conforme às normas vigentes sobre a temática, estimado no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), tais como: urna, coroas de flores, ornamentação do caixão e preparação da sala do velório, preparação do corpo (vestir) etc, assim como definição do local do velório, cemitério e horário para sepultamento, e ainda traslado terrestre num raio de até 100 (cem) km, sepultamento ou cremação, com a remoção e higienização do corpo, na residência, IML ou hospital, e também a orientação sobre o serviço de cartório e esclarecimento de



dúvidas aos beneficiário(s)/familiar(es).

**3.6.2.2.** Em caso de falecimento do segurado/empregado, a família ou responsável deverá comunicar o óbito à CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do horário do falecimento, para fins de acionamento do serviço funerário. A comunicação à CONTRATADA não dispensa o declarante da adoção das providências legais cabíveis, inclusive o comparecimento à funerária.

**3.6.2.3.** A CONTRATADA deverá manter em seu sítio eletrônico a lista atualizada dos prestadores de serviço de sua rede referenciada por plano de seguro e dar ciência aos segurados em caso de alteração significativa da rede referenciada, inclusive com impacto na abrangência geográfica.

**3.6.2.4.** No caso de impossibilidade de prestação de serviço devido à abrangência geográfica para o serviço, o prestador deverá ressarcir o beneficiário do Segurado em até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos prováveis gastos com o funeral, que deverão ser devidamente comprovados, não havendo necessidade de ser em nome do beneficiário, desde que contenha o nome do Segurado nos documentos comprobatórios apresentados.

**3.6.2.5.** Assistência Funeral - O(s) beneficiário(s)/familiar(es) deverá(ão) enviar os documentos abaixo para a CONTRATADA, via e-mail, escaneados ou conforme definido entre CONTRATANTE E A CONTRATADA:

- a) Declaração de Óbito;
- b) Documento de identidade do segurado;
- c) Documento de identidade do beneficiário/familiar.

**3.6.2.6.** Auxílio Funeral - Caso o familiar do beneficiário segurado opte em realizar os trâmites será reembolsado o valor, até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) devendo encaminhar os documentos comprobatórios abaixo à CONTRATANTE e outros conforme necessidade determinados pela CONTRATADA, de forma justificada:

- a) Declaração ou Certidão de Óbito;
- b) Documento de identidade do segurado;
- c) Documento de identidade do beneficiário/familiar ou responsável pelos pagamentos.

**3.6.3.** O Seguro de Vida é tratado em cláusulas próprias.

### **3.7. REGIME DE CONTRATAÇÃO**

**3.7.1.** O seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, objeto do presente termo, será contratado sob o regime de contratação coletiva empresarial, sob responsabilidade da Estipulante (Fundhas).

**3.7.2.** A adesão será compulsória para as crianças, adolescentes e atendidos geral e facultativa para os empregados da Fundhas, por meio de proposta de adesão, cujo índice atual de adesão é de 59,88% (cinquenta e nove por cento e oitenta e oito).

**3.7.3.** O custeio do seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, para os empregados e adolescentes aprendizes será na modalidade de custeio contributivo, no valor de 80% (oitenta por cento) pelos empregados e aprendizes e 20% (vinte por cento) pela Fundhas, e não contributivo para as crianças, adolescentes e atendidos geral, ou seja, o prêmio do seguro será pago neste último caso integralmente pelo Estipulante (Fundhas).

### **3.8. GRUPO SEGURÁVEL**

**3.8.1.** Para fins do objeto deste termo, o grupo segurável é composto de 4.888 (quatro mil, oitocentos e oitenta e oito) vidas no total, sendo 4.178 (quatro mil, cento e setenta e oito) vidas, entre crianças, adolescentes e empregados da Fundhas ativos, mais 710 (setecentos e dez) vidas previstas, e servirá de base para o cálculo do valor do prêmio mensal unitário que deverá constar da proposta. As novas adesões a partir do novo contrato terão como limite a idade de 70 (setenta) anos, mantendo os atuais segurados que têm mais de 70 (setenta) anos de idade.

**3.8.2.** O número de vidas estipuladas no item **3.8.1.** tem como referência o mês de fevereiro de 2026 e previsões atuais, e ainda poderá sofrer variações durante a vigência do contrato, para mais ou para menos, devido às adesões, contratações e desligamentos que podem ocorrer a qualquer momento.

**3.8.3.** A quantidade de vidas informadas no item **3.8.1.** está contemplando também os afastados e os aposentados por invalidez.

**3.8.4.** O quadro de pessoal, inciso 1, do item **3.8.5.** possui 03 (três) trabalhadores distribuídos em função de risco, que faz jus à periculosidade, sendo que atualmente são: Coordenador da Área de Elétrica, Eletricista e o Auxiliar de Manutenção que atua diretamente na Área de Elétrica.

**3.8.5.** O número de vidas segurável encontra-se demonstrado abaixo:

A - QUADRO DE EMPREGADOS/CRIANÇAS, ADOLESCENTES, APRENDIZES E ATENDIDOS	
TIPO	QUANTIDADES

1 - EMPREGADOS TOTAL	501
2 - CRIANÇAS (MENORES DE 14 ANOS)	1.746
3 - ADOLESCENTES, APRENDIZES E ATENDIDOS ATUAIS (14 ANOS A 24 ANOS)	1.931
4 - PREVISÃO ATENDIDOS (NOVA ADMISSÃO)	-
4.1 - CRIANÇAS - MENORES DE 14 ANOS	700
4.2 - ADOLESCENTES - IGUAL OU MAIORES DE 14 ANOS	10
<b>TOTAL GERAL - GRUPO SEGURÁVEL</b>	<b>4.888</b>

Referência: Fevereiro/2026

B - QUANTIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR SEXO			
Idade menor de 14 anos		Idade igual ou maior de 14 anos	
Sexo	Total	Sexo	Total
Feminino	853	Feminino	963
Masculino	893	Masculino	968
<b>Total</b>	<b>1.746</b>	<b>Total</b>	<b>1.931</b>

Referência: Fevereiro/2026

**3.8.6.** Para fins deste seguro, se considera como grupo segurável as pessoas com vínculo junto à Contratante.

**3.8.7.** O capital será limitado a 20 (vinte) ou 40 (quarenta) vezes - a remuneração do empregado.

**3.8.8.** O segurado principal (empregado) poderá a qualquer tempo definir livremente os seus beneficiários, por escrito, através de preenchimento da proposta de adesão ou outro meio definido entre as partes.

**3.8.9.** Para segurados menores de 18 (dezoito) anos, a indicação de beneficiários deverá observar as regras de capacidade civil previstas na legislação vigente.

**3.8.10.** Para menores de 16 (dezesesseis) anos, a indenização será paga ao responsável legal ou aos herdeiros legais, conforme aplicável.

**3.8.11.** Para segurados entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos, a indicação de beneficiários somente será válida quando realizada com a assistência do responsável legal.

**3.8.12.** Na ausência de indicação válida, o pagamento será efetuado ao responsável legal ou aos herdeiros legais, nos termos da legislação aplicável.

**3.8.13.** Quando o segurado principal não indicar os beneficiários, a indenização será paga em conformidade com a legislação vigente à data do evento.

**3.8.14.** Deve constar da apólice que não haverá prazo de carência para pagamento das indenizações.

**3.8.15.** Para formalizar suas propostas, apresentamos relação com data de nascimento, sexo e salário dos empregados integrantes do grupo segurável (Anexo 1).

### 3.9. CUSTO ATUAL

**3.9.1.** Custo, quantidades, capitais segurados e taxa atual

Descrição	Quantidade	Valor Mensal (R\$)	Total Salários (R\$)	Capital Segurado atual (R\$)	Taxa atual %
Empregados			2.664.024,00	53.280.480,00	0,3427
Menores de 14 anos (R\$ 3.000,00)	4.178	19.092,44		5.238.000,00	0,0771
Igual ou maiores de 14 anos (R\$ 3.000,00)				5.793.000,00	0,0870

Referência: Fevereiro/2026

*O valor de R\$ 53.280.480,00 (Capital segurado atual) corresponde à somatória dos salários dos empregados que optaram pelo benefício do seguro, no mês de fevereiro/2026.*

### 3.10. CAPITAL SEGURADO

**3.10.1.** O capital segurado individual poderá ser reajustado mediante solicitação do Estipulante (Fundhas).

### 3.11. CARÊNCIA, EXAMES MÉDICOS E/OU DECLARAÇÃO DE SAÚDE

**3.11.1.** Não haverá prazo de carência, nem realização de exames médicos e/ou preenchimento de declaração de saúde, sob nenhuma forma, para a inclusão de segurados no plano de seguro contratado, assim como durante a vigência da apólice e do contrato.

**3.11.2.** A seguradora contratada aceitará, sem restrições, todos os segurados da apólice atualmente em vigor, acatando as transferências da apólice anterior para a que está sendo contratada.

**3.11.3.** Tabela de empregados e aprendizes afastados

Nº	Dt. Nasc.	Idade	Data Início afastamento	CID1	Benefício
1	27/09/1955	70	18/01/2025	S83.5	B31
2	10/03/2007	18	30/10/2025	O80	B80
3	23/11/2007	18	05/11/2025	O80	B80
4	07/07/1967	58	27/01/2026	F41.2	B31
5	05/03/1971	55	31/01/2026	K35	B31
6	23/07/1962	63	03/02/2026	I82	B31
7	07/07/1967	58	13/02/2026	F41.1	B31
8	12/05/1970	55	18/02/2026	S92	B31
9	17/06/2006	19	27/02/2026	S800	B91

Referência: fev/26

**3.11.4.** Aposentados por Invalidez

Nº	Data Nascimento	CID	Data início do afastamento	Benefício
1	13/04/1957	69	08/10/2008	B31
2	22/01/1959	67	15/12/2008	B31
3	09/08/1963	63	04/10/2010	B31
4	09/11/1958	67	21/03/2018	B31
5	11/10/1978	47	19/11/2018	B31

Referência: fev/26

**3.12. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: APÓLICE E CERTIFICADOS**

**3.12.1.** A seguradora contratada deverá emitir a Apólice de Seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados (capitais segurados), prazo de vigência e condições gerais.

**3.12.2.** A seguradora contratada fornecerá, podendo ser via on-line, ainda a cada segurado e ao estipulante um Certificado Individual no início de cada seguro e em cada uma das renovações subsequentes, contendo o número da apólice, os nomes do Estipulante e do segurado, as datas de início e término de vigência da cobertura e os capitais segurados relativos a cada cobertura contratada, quando solicitado pelo CONTRATANTE.

**3.12.3.** A apólice e os certificados individuais de seguros deverão estar disponíveis eletronicamente aos usuários, via login e senha individual, bem como o contato dos serviços funerários, no caso de empregados, para informar falecimento, 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias da semana, incluindo finais de semana e feriados.

### **3.13. SINISTRO (SEGURO DE VIDA)**

**3.13.1.** Na ocorrência de sinistro, a Fundhas deverá avisar imediatamente à seguradora, após o recebimento da certidão de óbito. A Seguradora deverá enviar a lista de documentos à Fundhas que encaminhará ao beneficiário e/ou responsável para preencher o formulário de aviso de sinistro e apresentar a documentação solicitada, conforme definida nas condições gerais do seguro.

**3.13.2.** O prazo para liquidação dos sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, para todas as coberturas, contados a partir da entrega da documentação exigida, e deverá ser pago em parcela única.

**3.13.3.** O pagamento das indenizações e auxílio funeral ocorrerá no banco informado pelo beneficiário ou responsável.

**3.13.4.** A falta de pagamento da indenização no prazo previsto no item 3.12.2 implicará na aplicação de juros de mora a partir desta data, sem prejuízo de sua atualização, além da aplicação das sanções administrativas estipulados no contrato.

**3.13.1.** Nos últimos 05 (cinco) anos, de 2021 a 2025, houve 16 (dezesesseis) sinistros indenizados, sendo 15 (quinze) por morte no valor de R\$ 1.435.727,46 (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e sete reais e quarenta e seis centavos) e 1 (um) por invalidez parcial no valor de R\$ 9.472,95 (nove mil, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

**3.13.5.** Se a indenização for por invalidez parcial dos empregados, será permitida a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença de prêmio cabível, deduzindo do valor a ser indenizado.

**3.13.6.** Se a indenização for por invalidez total, o segurado deixará de fazer parte do grupo de segurados ou conforme legislação vigente. Se o motivo da indenização foi acidental, será pago de acordo com o grau de invalidez.

**3.13.7.** Os casos que foram indenizados não fazem parte do quadro de afastados por aposentadoria por invalidez, conforme quadro do item **3.11.4**.

**3.13.8.** Quadro de datas de ocorrências, aviso de sinistro, tipo, valores

Nº	DATA DA OCORRÊNCIA/ D.O	TIPO	VALOR SINISTRO
1	11/01/2021	MORTE NATURAL	R\$ 65.436,60
2	11/03/2021	MORTE NATURAL	R\$ 44.043,20
3	12/03/2021	MORTE NATURAL	R\$ 3.102,64
4	04/04/2021	MORTE ACIDENTAL	R\$ 254.708,40
5	28/04/2021	MORTE NATURAL	R\$ 197.354,40
6	07/11/2021	INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL POR ACIDENTE	R\$ 9.472,95
7	08/04/2022	MORTE NATURAL	R\$ 200.697,40
8	12/06/2022	MORTE NATURAL	R\$ 49.055,40
9	13/09/2023	MORTE ACIDENTAL	R\$ 1.000,00
10	11/12/2023	MORTE NATURAL	R\$ 3.000,00
11	22/04/2024	MORTE NATURAL	R\$ 61.342,80
12	13/11/2024	MORTE NATURAL	R\$ 100.228,42
13	22/08/2025	MORTE ACIDENTAL	R\$ 3.000,00



14	01/09/2025	MORTE NATURAL	R\$ 274.946,40
15	21/09/2025	MORTE NATURAL	R\$ 116.852,80
16	14/10/2025	MORTE NATURAL	R\$ 60.959,00

*Referência: fev/26*

**3.13.9.** Uma eventual recusa de sinistro, por eventos não previstos no edital, não será considerada como um descumprimento contratual, pois a cobertura securitária depende da análise das circunstâncias dos fatos, e da apresentação de documentos justificados à CONTRATANTE.

**3.13.10.** Deverão ser informados os procedimentos para comunicação, regulação e liquidação de sinistros, incluindo a listagem dos documentos básicos previstos a serem apresentados para cada cobertura, facultando-se às sociedades seguradoras, no caso de dúvida fundada e justificável, a solicitação de outros documentos.

### **3.14. DISTRIBUIÇÃO DE EXCEDENTE TÉCNICO**

**3.14.1.** A presente cláusula estabelece as condições de distribuição dos resultados técnicos da apólice ao estipulante e/ou segurados do grupo.

**3.14.2.** Ao término de cada período anual de vigência da apólice, será realizada a apuração do resultado técnico, entendido como a diferença entre os prêmios efetivamente arrecadados no período e os sinistros ocorridos (pagos e avisados), deduzidas as despesas administrativas, tributos e demais encargos contratuais.

**3.14.3.** As despesas administrativas consideradas para fins de apuração do resultado técnico ficam limitadas ao percentual máximo de 20% (vinte por cento) dos prêmios arrecadados no período.

**3.14.4.** Verificado resultado técnico positivo, este será considerado Excedente Técnico para fins de distribuição, na forma prevista neste Termo de Referência.

**3.14.5.** Serão distribuídos aos segurados e à Fundhas, na proporção de suas respectivas contribuições, após o aniversário da apólice, 50% (cinquenta por cento) dos resultados técnicos de acordo com as normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**3.14.6.** A distribuição do excedente técnico deve ser realizada após o término de vigência anual da apólice, depois de pagas todas as faturas do período e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da última quitação, vedado qualquer adiantamento a título de resultados técnicos.

**3.14.7.** O valor apurado será atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, desde o término de vigência anual da apólice até a data de distribuição do excedente técnico, destinando-se aos segurados e/ou estipulante um percentual do resultado apurado, não cabendo qualquer adiantamento neste período.

**3.14.8.** A importância destinada aos segurados será entregue ao estipulante, contra recibo e mediante depósito bancário na conta do estipulante ou pagamento de cheque nominativo de emissão da seguradora, que efetuará o repasse do resultado aos segurados, proporcionalmente ao custeio do seguro.

**3.14.9.** A CONTRATADA deverá enviar a apuração anual do excedente técnico, no mês seguinte ao completar os 12 (doze) meses, quando o resultado for superavitário, o relatório com os valores para a CONTRATANTE efetuar a distribuição da participação dos empregados; bem como se for deficitário, enviar um relatório com a explicação dos cálculos, comprovando assim o não pagamento do excedente técnico.

### **3.15. CONDIÇÕES GERAIS**

**3.15.1.** São de inteira responsabilidade da seguradora contratada todas as despesas com a implantação do plano, tais como: criação de cadastro, confecção de impressos, fornecimento de apólices e certificados etc. por meio físico ou remoto.

**3.15.2.** As condições contratuais deverão apresentar glossário, em linguagem clara e de fácil entendimento, com a definição dos termos técnicos e estrangeirismos utilizados.

**3.15.3.** As condições contratuais deverão dispor de forma clara e objetiva sobre a caracterização dos eventos cobertos, sendo vedado o estabelecimento de requisitos de caracterização que, na prática, não possam ser satisfeitos.

**3.15.4.** As coberturas contratadas vigorarão imediatamente após a assinatura do contrato, devendo a seguradora arcar com todos os sinistros ocorridos a partir desta data, exceto no caso de suicídio que terá 2 (dois) anos de carência, conforme Código Civil.

**3.15.4.1.** Para os segurados inscritos após o início de vigência do contrato, a cobertura terá início a partir de zero hora do dia de admissão destes no serviço contratado.

**3.15.5.** Os beneficiários do seguro serão aqueles indicados por cada segurado. Na falta de indicação, a indenização será paga de acordo com a legislação vigente.

**3.15.5.1.** Os beneficiários do seguro podem ser alterados a qualquer tempo pelo segurado empregado, mediante formulário próprio da seguradora, por intermédio do Estipulante.

**3.15.6.** As alterações, exclusões e novas inclusões de segurados serão enviadas pela Fundhas por meio de planilha, conforme layout próprio da seguradora contratada ou, na falta deste, por simples comunicação da Fundhas com as informações necessárias para identificação do segurado, via e-mail.

**3.15.7.** A indenização do Professor horista e do(a) Supervisor(a) de Estágio de Enfermagem, será calculada sobre a média da remuneração dos 12 (doze) meses antecedentes ao sinistro.

**3.15.8.** As informações relativas ao plano de seguro contratado poderão ser fornecidas através de meio magnético ou outro meio, na conveniência das partes, com os dados indicados pela seguradora.

**3.15.9.** A seguradora contratada deverá informar à Fundhas sobre a finalização de todos os sinistros, bem como o valor da indenização, inclusive aqueles solicitados diretamente pelo Segurado.

**3.15.10.** O custo anual deverá atender o grupo de segurados mencionados no item 1.1. e seus subitens.

**3.15.11.** O prazo para a entrega dos movimentos encerrar-se-á no 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à competência apurada. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA um relatório (inclusão e exclusão) por meio eletrônico (planilha) com dados necessários para geração de uma prévia do faturamento, que deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis à CONTRATANTE. Após conferência da movimentação e aprovação dos valores enviados na prévia pela CONTRATANTE, a CONTRATADA providenciará a emissão da fatura.

**3.15.12.** É vedada a inclusão no custo do segurado de despesas de corretagem, agenciamento ou pró-labore.

**3.15.13.** A CONTRATADA deverá incluir todos os impostos incidentes no preço final do serviço, conforme legislação vigente.

**3.15.14.** Em razão da natureza jurídica da CONTRATANTE, fundação pública de direito privado integrante da Administração Pública, não haverá incidência do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF sobre a contratação do seguro objeto deste Termo de Referência, devendo as propostas apresentadas pelas licitantes considerar tal condição na composição do valor do prêmio.

#### **4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A presente contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**4.2.** Poderão ser realizados acréscimo ou supressões nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.

**4.3.** O prazo de vigência da Apólice será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, devendo vigorar a partir da assinatura do Contrato.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **5.1. Condições de execução:**

**5.1.1.** O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato.

##### **5.2. Do local e horário de execução:**

**5.2.1.** O local de execução: Divisão de Recursos Humanos, na Sede da Fundhas, situada na Rua Santarém, nº 560 - Bairro Parque Industrial, São José dos Campos - SP, CEP 12235-550.

##### **5.3. Condições de recebimento:**

**5.3.1.** As regras para os recebimentos provisório e definitivo estão contidas no Plano Básico de Fiscalização - PBF, devidamente publicado no sítio eletrônico da Contratante, conforme Portaria nº 07/2024, de 09 de janeiro de 2024.

**5.4. Da forma de garantia, condições de manutenção e assistência técnica:** não se aplica

#### **6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**6.1.** Para a medição do objeto, sendo o caso de cronograma de entrega/ execução, este será anexo do Contrato e deverá ser observado no processo de fiscalização.

**6.2.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:

- a) número do contrato, da Autorização de Fornecimento ou empenho;
- b) número do processo;
- c) número da licitação;
- d) descrição detalhada do objeto;
- e) destaques de impostos ou motivo da isenção/imunidade/não incidência do ISSQN ou IRRF.

**6.3.** O contratado, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**6.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada pelo Contratante, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**6.4.1.** Em caso de irregularidade do contratado, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 dias sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

**6.4.1.1.** O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

**6.4.2.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.

**6.4.3.** Persistindo a irregularidade, o contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

**6.5.** A empresa contratada deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.

## **6.6. PAGAMENTO:**

**6.6.1.** O pagamento referente à prestação mensal dos serviços, referentes à execução do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de **15 (quinze) dias**, após a atestação do documento fiscal por parte da fiscalização dos serviços.

**6.6.2.** O documento de cobrança do Contratado será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pelo Contratado.

**6.6.3.** Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

**6.6.3.1.** Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

**6.6.4.** O Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

**6.6.5.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pelo Contratado, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**6.6.6.** A Fundhas não realiza operações de crédito, câmbio e seguro.

**6.6.7.** O pagamento observará sempre o número de vidas cobertas para cada mês de vigência do contrato, com direito a inclusões/exclusões.

**6.6.8.** A vigência de novas inclusões podem ocorrer dentro do mês vigente, com emissão da fatura de pagamento para o mês seguinte.

**6.6.9.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

**6.6.10.** O pagamento da fatura deverá ocorrer através de transferência bancária, não será aceito pagamento por boleto.

**6.6.11.** Aplica-se à contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**7.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento, conforme art. 33 da Lei 14.133/2021.

**7.2.** Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos previstos no Edital de Licitação.

**7.3.** A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

**7.4.** Os preços propostos deverão estar de acordo com os praticados no mercado, e neles deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer outras despesas necessárias e não especificadas neste Termo de Referência, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta contratação.

**7.5.** As propostas deverão obedecer às especificações deste Termo de Referência, bem como ao detalhamento dos serviços, sua frequência e periodicidade, deveres, disciplina e gestão da qualidade.

## 8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**8.1.** O valor total estimado da contratação é **R\$ 421.197,00 (quatrocentos e vinte e um mil, cento e noventa e sete reais)**, conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.2 deste instrumento, definido nos moldes estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

## 9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**9.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**Recurso:** Municipal

**Dotação:** Conforme Tabela Abaixo

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

**Projeto/ Atividade:** Conforme Tabela Abaixo

VALORES - FICHA E POR DOTAÇÃO - SEGURO DE VIDA			
Projeto	Ficha	Dotação	VI. 12 meses (R\$)
1			97.094,35
2			115.660,69

3	9	01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000	68.823,59
4			72.361,64
5			2.527,18
6	16	01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.501.04.1100000	64.729,56
<b>TOTAL:</b>			<b>421.197,00</b>



### Anexo I - Relação dos Empregados do Grupo Segurável

Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário
1	31/07/1946	M	5465,36	39	25/10/1960	F	15258,17	77	10/11/1964	F	4082,78
2	07/02/1951	M	10111,54	40	23/11/1960	F	8560,36	78	06/01/1965	F	6438,01
3	22/05/1952	F	9321,83	41	11/05/1961	F	5630,94	79	21/01/1965	F	6702,62
4	31/10/1952	M	3850,44	42	29/07/1961	M	2334,13	80	16/03/1965	M	8024,22
5	31/08/1954	M	13781,16	43	07/08/1961	M	6917,02	81	06/04/1965	F	6710,26
6	24/10/1954	M	7249,21	44	22/08/1961	M	13295,04	82	27/05/1965	M	17012,01
7	25/12/1954	M	1891,41	45	20/11/1961	M	2096,06	83	30/06/1965	M	18851,79
8	16/03/1955	M	4242,25	46	29/11/1961	F	3984,04	84	17/09/1965	F	8443,32
9	25/06/1955	F	12179,00	47	25/12/1961	M	9571,33	85	16/10/1965	F	10611,87
10	27/09/1955	M	21751,28	48	31/12/1961	M	10611,87	86	21/10/1965	M	21380,93
11	27/11/1955	M	5465,36	49	26/01/1962	M	2601,34	87	27/11/1965	M	7481,40
12	10/12/1955	F	12267,70	50	27/04/1962	M	2338,86	88	19/12/1965	F	3167,44
13	24/02/1956	F	6436,99	51	17/05/1962	F	2967,66	89	08/01/1966	F	5465,36
14	07/05/1956	F	10611,87	52	19/05/1962	F	10111,54	90	18/01/1966	F	8974,47
15	09/10/1956	F	2967,66	53	23/07/1962	M	6847,98	91	22/01/1966	F	7479,97
16	13/10/1956	F	3400,41	54	04/10/1962	M	4242,25	92	12/02/1966	M	4242,25
17	15/01/1957	M	3381,56	55	12/02/1963	M	4038,61	93	15/03/1966	F	10523,17
18	01/02/1957	M	7378,88	56	21/03/1963	F	13488,48	94	29/05/1966	F	3400,41
19	13/04/1957	M	1736,20	57	11/07/1963	F	2494,28	95	01/06/1966	F	25445,20
20	21/07/1957	F	10932,76	58	21/07/1963	F	8560,37	96	19/06/1966	M	11108,49
21	31/07/1957	M	9541,14	59	25/07/1963	F	7739,99	97	12/07/1966	M	12576,39
22	05/01/1958	F	15153,26	60	09/08/1963	F	5728,10	98	18/07/1966	F	7479,97
23	03/05/1958	F	8120,47	61	31/08/1963	F	8560,37	99	22/08/1966	F	13586,09
24	26/09/1958	M	17466,31	62	14/09/1963	M	7427,72	100	04/09/1966	F	16985,13
25	09/11/1958	F	226,34	63	12/10/1963	F	10611,87	101	27/11/1966	M	11086,09
26	16/11/1958	M	3381,56	64	19/10/1963	M	15070,32	102	01/12/1966	F	11134,07
27	08/12/1958	F	3263,48	65	24/10/1963	M	10111,54	103	03/12/1966	M	17790,75
28	22/01/1959	F	1014,09	66	18/11/1963	F	8560,37	104	05/12/1966	F	3139,43
29	12/03/1959	F	4695,93	67	22/12/1963	M	5970,21	105	07/01/1967	F	12380,45
30	25/07/1959	F	21666,65	68	13/01/1964	M	3179,61	106	14/01/1967	M	5465,36
31	29/08/1959	F	8092,30	69	17/01/1964	F	10611,87	107	15/01/1967	F	10357,62
32	26/01/1960	M	6028,35	70	05/02/1964	M	7117,48	108	06/02/1967	F	11173,94
33	14/02/1960	M	6917,02	71	21/05/1964	M	3007,61	109	17/02/1967	F	6466,13
34	24/02/1960	M	2609,97	72	12/07/1964	F	6218,94	110	28/03/1967	F	13538,56
35	11/03/1960	M	8721,55	73	12/08/1964	F	9490,69	111	30/03/1967	F	7505,17
36	16/03/1960	F	2967,66	74	01/09/1964	M	9789,79	112	13/05/1967	F	13488,44
37	21/08/1960	M	2631,91	75	03/10/1964	M	12023,00	113	30/05/1967	M	7842,13
38	16/09/1960	M	10111,54	76	27/10/1964	M	19180,40	114	07/07/1967	M	2645,21

Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário
115	04/09/1967	F	5187,00	153	11/07/1969	M	4638,36	191	03/01/1971	F	15884,84
116	02/10/1967	F	13586,02	154	10/08/1969	M	6917,02	192	17/02/1971	F	6710,26
117	05/10/1967	M	5957,83	155	10/09/1969	M	8393,27	193	04/03/1971	F	15365,50
118	30/11/1967	M	10111,54	156	11/09/1969	M	5288,52	194	05/03/1971	F	9374,93
119	24/01/1968	F	16985,13	157	12/09/1969	M	6262,76	195	06/03/1971	F	10611,87
120	09/02/1968	M	6273,47	158	30/09/1969	F	9929,63	196	18/04/1971	M	6917,02
121	10/02/1968	F	13488,44	159	28/10/1969	M	12197,44	197	17/05/1971	F	6148,40
122	18/02/1968	F	22595,22	160	07/12/1969	F	4927,37	198	06/06/1971	F	4994,85
123	21/02/1968	F	14876,97	161	15/12/1969	F	4611,55	199	07/06/1971	F	6339,12
124	05/03/1968	M	2436,47	162	28/01/1970	F	5247,47	200	08/06/1971	M	6262,76
125	05/04/1968	M	4300,64	163	18/02/1970	M	10111,54	201	09/06/1971	F	13733,74
126	07/06/1968	M	23399,28	164	22/02/1970	M	8362,33	202	15/06/1971	M	5814,17
127	08/06/1968	M	7725,12	165	05/03/1970	F	9273,49	203	24/06/1971	F	13683,66
128	28/06/1968	M	9476,20	166	07/03/1970	F	15153,26	204	30/06/1971	F	3817,73
129	10/07/1968	M	6555,04	167	15/03/1970	M	5971,25	205	07/08/1971	M	8423,37
130	12/07/1968	F	7636,26	168	21/03/1970	F	2967,66	206	09/09/1971	F	4082,78
131	02/09/1968	M	5247,47	169	25/03/1970	M	4887,54	207	09/09/1971	F	6359,85
132	03/09/1968	F	10523,17	170	07/04/1970	F	16985,13	208	19/09/1971	F	2697,82
133	08/09/1968	F	4205,08	171	17/04/1970	F	12179,00	209	20/09/1971	F	5946,66
134	10/10/1968	M	5133,04	172	28/04/1970	F	10611,87	210	01/10/1971	M	9395,39
135	20/10/1968	F	10111,54	173	05/05/1970	F	7429,19	211	02/10/1971	F	12179,00
136	07/11/1968	F	4598,03	174	12/05/1970	F	5160,07	212	25/10/1971	F	8357,19
137	29/11/1968	M	3355,02	175	21/05/1970	M	6917,02	213	18/11/1971	F	15284,52
138	04/12/1968	F	3400,41	176	28/05/1970	M	14037,78	214	24/11/1971	F	13586,02
139	19/12/1968	M	13132,59	177	30/06/1970	F	17542,11	215	13/12/1971	F	3139,43
140	19/01/1969	M	8582,83	178	07/07/1970	F	5204,43	216	15/12/1971	F	9273,49
141	29/01/1969	F	12179,00	179	16/08/1970	M	19849,98	217	20/12/1971	F	10523,17
142	16/02/1969	M	8237,44	180	22/08/1970	F	7479,97	218	22/01/1972	F	11120,63
143	09/03/1969	F	12178,96	181	01/09/1970	M	17103,18	219	09/02/1972	F	10304,72
144	10/03/1969	M	7103,37	182	23/09/1970	F	14415,24	220	11/02/1972	F	10611,87
145	05/04/1969	F	17981,35	183	06/10/1970	M	7427,72	221	24/02/1972	F	13488,44
146	07/04/1969	M	2990,85	184	15/10/1970	M	6560,16	222	02/03/1972	F	1599,78
147	10/04/1969	F	4237,80	185	15/10/1970	F	7739,99	223	27/03/1972	M	3764,29
148	26/04/1969	M	3024,27	186	18/10/1970	F	2248,37	224	02/04/1972	F	9759,65
149	03/05/1969	M	9819,38	187	05/11/1970	M	2855,77	225	03/04/1972	F	12261,97
150	31/05/1969	F	10611,87	188	09/11/1970	F	8560,36	226	07/04/1972	F	15153,26
151	01/06/1969	F	17103,18	189	09/12/1970	M	16893,09	227	02/05/1972	M	7427,72
152	04/07/1969	M	3324,08	190	15/12/1970	F	2676,75	228	07/05/1972	F	8357,19

Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário
229	28/06/1972	F	9080,65	267	21/08/1974	M	4638,36	305	09/06/1976	F	3826,35
230	04/07/1972	F	12179,00	268	09/09/1974	M	17044,25	306	04/07/1976	F	4271,45
231	05/07/1972	F	10609,48	269	03/10/1974	M	5631,07	307	12/07/1976	M	7427,72
232	17/07/1972	M	3355,02	270	22/10/1974	F	12179,00	308	16/07/1976	F	5248,80
233	17/07/1972	M	9476,20	271	29/10/1974	F	8663,80	309	22/07/1976	F	8357,19
234	27/07/1972	F	9436,84	272	03/11/1974	F	5630,94	310	02/10/1976	F	11120,63
235	15/08/1972	M	10611,87	273	10/11/1974	F	10862,05	311	31/10/1976	F	6702,62
236	06/09/1972	F	13488,44	274	12/11/1974	F	9273,49	312	16/11/1976	F	3817,73
237	15/10/1972	M	8423,37	275	24/11/1974	M	7842,13	313	06/12/1976	F	13683,66
238	23/10/1972	F	17103,18	276	06/12/1974	M	15639,84	314	15/12/1976	M	5842,64
239	12/11/1972	F	15953,00	277	11/12/1974	M	12122,01	315	20/12/1976	F	5848,15
240	28/11/1972	F	13488,44	278	08/01/1975	F	9603,33	316	30/12/1976	F	8677,62
241	06/03/1973	M	5465,36	279	13/01/1975	F	7388,59	317	07/01/1977	F	7427,72
242	02/04/1973	M	17012,01	280	03/02/1975	F	17968,44	318	12/02/1977	F	6148,40
243	20/04/1973	M	4598,03	281	07/02/1975	F	3751,89	319	06/03/1977	F	9603,33
244	17/05/1973	F	12179,00	282	19/03/1975	F	2754,48	320	12/03/1977	F	7739,99
245	26/06/1973	F	10767,90	283	07/04/1975	M	13624,42	321	13/03/1977	F	8357,19
246	09/07/1973	F	2676,75	284	14/05/1975	F	13586,02	322	29/04/1977	M	5151,05
247	26/07/1973	M	6708,83	285	15/05/1975	M	5309,06	323	19/05/1977	M	2162,77
248	05/08/1973	F	1443,59	286	16/05/1975	F	12474,41	324	12/06/1977	F	9273,49
249	25/09/1973	F	21598,35	287	20/05/1975	M	23575,03	325	07/07/1977	F	11273,93
250	04/10/1973	F	15153,26	288	10/06/1975	M	6710,26	326	02/08/1977	F	9490,69
251	12/11/1973	M	15792,93	289	13/08/1975	F	13010,81	327	04/08/1977	F	10523,17
252	25/11/1973	F	17407,25	290	16/08/1975	F	6997,07	328	19/08/1977	F	10751,04
253	03/12/1973	M	5247,47	291	29/09/1975	F	6267,10	329	16/09/1977	F	13586,09
254	07/01/1974	F	9410,05	292	19/10/1975	F	11038,54	330	17/09/1977	F	6917,02
255	12/01/1974	M	6738,81	293	21/10/1975	F	2697,82	331	10/10/1977	F	376,24
256	15/03/1974	M	6757,63	294	29/12/1975	F	14055,21	332	01/12/1977	F	3139,43
257	19/03/1974	F	7427,72	295	31/12/1975	F	14055,21	333	12/12/1977	F	3139,43
258	20/03/1974	F	5275,73	296	02/01/1976	F	7636,26	334	04/01/1978	F	9490,69
259	12/04/1974	F	8560,36	297	12/01/1976	F	10850,06	335	10/01/1978	F	10523,17
260	09/05/1974	F	16619,42	298	20/01/1976	F	13740,42	336	24/02/1978	F	22867,46
261	12/05/1974	F	10825,00	299	24/03/1976	F	14415,27	337	07/03/1978	M	5972,53
262	18/05/1974	M	4617,45	300	12/04/1976	F	8210,57	338	20/03/1978	M	2338,86
263	03/06/1974	F	13683,66	301	06/05/1976	F	3817,73	339	07/04/1978	M	12197,44
264	14/06/1974	F	17103,18	302	26/05/1976	F	12179,00	340	11/04/1978	F	6267,10
265	25/07/1974	F	7739,99	303	01/06/1976	F	9401,87	341	20/04/1978	F	4423,92
266	01/08/1974	F	169,65	304	03/06/1976	F	7842,13	342	13/05/1978	M	3355,02

Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário
343	20/05/1978	F	4663,48	381	17/07/1980	F	11708,44	419	18/08/1982	M	4638,36
344	21/05/1978	F	6404,00	382	11/12/1980	F	7739,99	420	24/08/1982	M	6757,63
345	14/06/1978	F	10850,06	383	18/12/1980	F	8357,19	421	02/09/1982	F	10523,17
346	28/07/1978	F	3817,73	384	24/12/1980	F	12179,00	422	06/09/1982	F	9273,49
347	20/08/1978	M	5204,43	385	04/01/1981	M	8666,05	423	04/11/1982	M	4598,03
348	25/08/1978	M	5353,43	386	06/01/1981	F	5970,21	424	12/12/1982	F	14284,41
349	09/10/1978	F	10111,54	387	27/02/1981	M	4360,60	425	03/02/1983	F	10111,54
350	11/10/1978	M	1773,71	388	03/03/1981	F	12179,00	426	20/02/1983	M	3784,81
351	19/10/1978	M	2529,77	389	06/03/1981	F	12179,00	427	30/03/1983	F	3139,43
352	28/10/1978	F	12267,70	390	24/03/1981	F	6708,83	428	09/05/1983	F	9273,49
353	04/12/1978	F	11365,02	391	13/04/1981	F	8357,19	429	20/05/1983	F	4611,55
354	05/12/1978	F	1130,59	392	04/06/1981	F	7427,72	430	26/05/1983	F	13576,74
355	04/02/1979	F	10862,05	393	23/06/1981	M	12119,31	431	24/06/1983	F	6631,01
356	10/02/1979	F	4496,34	394	21/07/1981	F	815,07	432	09/07/1983	F	6055,77
357	11/02/1979	F	7397,51	395	25/08/1981	F	6266,97	433	16/07/1983	M	4638,36
358	26/03/1979	M	10720,79	396	27/09/1981	F	12781,74	434	05/08/1983	F	8357,19
359	19/06/1979	F	2644,42	397	06/10/1981	M	8059,99	435	16/09/1983	F	5861,64
360	30/07/1979	F	13078,96	398	02/11/1981	F	6710,26	436	06/10/1983	F	4237,80
361	13/08/1979	M	6262,76	399	09/11/1981	M	6708,83	437	25/11/1983	M	4638,36
362	05/09/1979	F	4927,37	400	09/11/1981	F	10523,17	438	20/12/1983	M	9354,12
363	21/10/1979	F	10862,05	401	25/11/1981	F	8283,88	439	21/04/1984	F	2248,37
364	06/11/1979	M	9273,49	402	29/12/1981	F	7429,19	440	18/06/1984	F	2248,37
365	12/12/1979	F	6942,21	403	09/01/1982	M	10120,65	441	23/06/1984	M	2248,37
366	12/12/1979	F	12335,87	404	11/01/1982	F	4887,54	442	25/06/1984	M	10289,81
367	25/12/1979	F	6708,83	405	22/01/1982	F	10523,17	443	27/06/1984	M	9735,19
368	31/01/1980	F	3817,73	406	28/01/1982	M	3657,62	444	25/08/1984	F	9111,50
369	12/02/1980	F	11648,47	407	08/02/1982	F	9273,49	445	06/09/1984	F	1397,62
370	14/02/1980	F	4887,53	408	07/03/1982	F	6106,29	446	15/09/1984	M	4646,98
371	09/03/1980	M	14349,37	409	09/03/1982	F	4082,78	447	23/10/1984	F	5007,08
372	04/04/1980	F	10611,87	410	18/03/1982	F	5248,80	448	22/01/1985	F	10128,44
373	06/04/1980	F	8665,06	411	07/04/1982	M	5247,47	449	29/03/1985	F	9273,49
374	21/04/1980	M	7207,24	412	14/04/1982	M	11120,63	450	08/04/1985	M	4638,36
375	09/05/1980	F	10523,17	413	17/04/1982	M	11038,54	451	30/05/1985	F	4608,81
376	09/06/1980	M	6917,02	414	27/05/1982	M	2754,48	452	20/07/1985	F	3139,43
377	10/06/1980	F	7397,51	415	28/05/1982	M	15642,77	453	04/09/1985	F	5007,08
378	24/06/1980	F	8357,19	416	12/06/1982	M	5848,15	454	06/01/1986	M	5056,99
379	03/07/1980	F	13488,48	417	12/07/1982	F	8357,19	455	01/03/1986	F	4608,81
380	07/07/1980	M	4638,36	418	12/07/1982	M	8738,92	456	01/03/1986	M	4638,36

Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário
457	20/04/1986	F	8357,19	472	21/09/1989	F	3139,43	487	18/01/1994	F	3139,43
458	02/05/1986	F	4606,65	473	07/10/1989	F	2754,48	488	12/01/1995	M	2754,48
459	18/06/1986	F	8210,57	474	04/11/1989	F	3139,43	489	06/02/1997	F	3139,43
460	31/07/1986	M	2754,48	475	29/01/1990	F	3817,73	490	07/05/1997	M	3139,43
461	19/12/1986	F	7623,74	476	17/02/1990	F	2754,48	491	20/06/1997	M	6917,02
462	26/05/1987	F	5151,05	477	17/04/1990	M	10111,54	492	06/11/1997	M	2248,37
463	10/08/1987	F	9273,49	478	30/04/1990	F	5007,08	493	03/05/1999	F	3139,43
464	20/08/1987	F	9273,49	479	16/11/1990	F	7947,17	494	06/07/1999	M	2248,37
465	19/12/1987	F	789,1	480	29/01/1991	F	3139,43	495	17/12/1999	F	3139,43
466	19/06/1988	F	5007,08	481	08/02/1991	M	2754,48	496	16/03/2001	F	3139,43
467	30/06/1988	F	3139,43	482	20/03/1991	F	3139,43	497	19/03/2001	F	5007,08
468	25/01/1989	M	7796,62	483	07/07/1991	F	3139,43	498	23/09/2001	F	3139,43
469	10/02/1989	F	5101,16	484	30/07/1991	M	5465,36	499	22/03/2002	F	3139,43
470	20/07/1989	F	2754,48	485	14/04/1992	F	3139,43	500	07/07/2003	F	2754,48
471	28/08/1989	F	3139,43	486	12/10/1992	F	5007,08	501	31/07/2003	F	2754,48

Legenda: M = masculino F = feminino

**Processo de Compra Digital nº 59/2026 – Pregão Eletrônico nº 90005/2026**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (ITEM 2)**

**UASG:** 926639

**Órgão:** Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas

Rua Santarém, nº 560 – Parque Industrial, São José dos Campos/SP – CEP 12235-550

**Objeto:** Contratação de seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência ou auxílio funeral, conforme Termo de Referência

O presente instrumento, formalizado com base nos levantamentos efetivados no Estudo Técnico Preliminar, utilizou como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento. Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, todas as exigências que estarão contidas no Edital, quando couber.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais, por estimativa, para alunos dos Cursos Técnicos do Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza. Cobertura de acidentes pessoais, invalidez permanente ou parcial, e morte acidental, para aproximadamente 400 alunos dos cursos técnicos do Cephas, conforme condições e exigências estabelecidas no item 1.2.

**1.2.** Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

Item	Cód. GIAP	Descrição	Un. Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	41.1.2	Contratação de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais - para 400 alunos (Cód. 46.1.182)	SV	1	R\$ 2.352,00	R\$ 2.352,00

**1.2.1.** O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária.

**1.3.** Utilização do catálogo de padronização:

1.3.1. O órgão adotará catálogo próprio e os produtos não estão padronizados até a presente data, sendo utilizada a especificação técnica contida no sistema interno enquanto o catálogo de padronização está sendo construído gradativamente.

## **2. DA JUSTIFICATIVA/ NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Conforme materializada no relatório do ETP, a aquisição de um seguro de vida para estagiários de cursos técnicos, especialmente nas áreas de Enfermagem e Edificações, não é apenas uma boa prática, mas uma medida essencial e estratégica para garantir a segurança e o bem-estar desses futuros profissionais. Essa proteção, no entanto, deve ser encarada como uma política institucional abrangente, aplicável a todos os cursos da instituição onde atividades práticas ou riscos inerentes justifiquem. Esses cursos, por sua natureza, envolvem atividades práticas com riscos inerentes e específicos. Além disso, a legislação trabalhista brasileira e as normas regulamentadoras de diversas profissões frequentemente estabelecem a obrigatoriedade de medidas de proteção para estagiários. A contratação do seguro de vida não apenas reforça o compromisso institucional com a integridade dos estudantes, mas também assegura a conformidade com as exigências legais e normativas de cada curso.

## **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO/REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Conforme previsto no relatório do ETP, a solução como um todo estabelece os requisitos abaixo:

### **3.1. Do consórcio:**

3.1.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pelas razões constantes em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### **3.2. Subcontratação:**

3.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **3.3. Da exigência de garantia da contratação:**

3.3.1. Conforme justificado no ETP não haverá necessidade de exigência de garantia contratual.

### **3.4. Responsabilidade:**

3.4.1. As propostas deverão obedecer às especificações deste Termo de Referência, bem como ao detalhamento do serviço, sua frequência e periodicidade, deveres, disciplina e gestão da qualidade.

3.4.2. A atividade será administrada pela Divisão Administrativa do CEPHAS, recebendo, acompanhando e/ou encaminhando e tramitando a documentação referente ao serviço.

### **3.5. Definições:**

3.5.1. Apólice: documento que formaliza o contrato de seguro, estabelecendo os direitos e as obrigações da sociedade seguradora e do segurado, discriminando as garantias contratadas.

3.5.2. Beneficiários: Pessoa física ou jurídica à qual é devida a indenização em caso de sinistro.

3.5.3. Capital segurado: pagamento a ser efetuado ao beneficiário, sob a forma de pagamento único ou de renda.

3.5.4. Certificado de seguro: documento que comprova a inclusão do segurado na apólice coletiva.

3.5.5. Estipulante: pessoa física ou jurídica que propõe a contratação do plano coletivo (Cephas/Fundhas), ficando investida de poderes de representação do segurado perante a sociedade seguradora.

3.5.6. Grupo segurável: é a totalidade das pessoas físicas vinculadas ao Estipulante que reúne as condições para inclusão na apólice coletiva.

3.5.7. Sinistro: ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.

### **3.6. DA COBERTURA DO SEGURO E DO VALOR**

3.6.1. Por morte, invalidez permanente, parcial/total por acidente.

3.6.2. Capital segurado

1. Morte acidental: R\$ 10.000,00 por vida;
2. Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: R\$ 10.000,00;

### **3.7. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.7.1. Plano de seguro de Acidentes Pessoais Coletivo aos alunos do curso técnico de Enfermagem: seguro necessário para a realização do estágio obrigatório, para conclusão do curso, em ambiente hospitalar e locais de saúde;

3.7.2. Plano de seguro de Acidentes Pessoais Coletivo aos alunos do curso técnico de Edificações: seguro necessário por exigência do AEA, para homologação do curso e por motivos de segurança, haja vista visitas técnicas realizadas em várias empresas/empreiteiras – com elevado grau de periculosidade – como complemento de componentes curriculares;

3.7.3. Plano de seguro de Acidentes Pessoais Coletivo aos alunos dos demais cursos técnicos, quando essencial: seguro necessário devido às visitas realizadas e estágios não obrigatórios e vivências em locais e horários variados por motivo de segurança;

### **3.8. REGIME DE CONTRATAÇÃO**



3.8.1. O seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, objeto do presente termo, será contratado sob o regime de contratação coletiva, sob responsabilidade da Estipulante (Cephas/Fundhas).

3.8.2. A adesão será compulsória para os alunos dos cursos citados.

### 3.9. GRUPO SEGURÁVEL

3.9.1. Para fins do objeto deste termo, o grupo segurável é composto de aproximadamente 400 (quatrocentos) alunos dos cursos técnicos indicados no item 1.2.

3.9.2. A inclusão e a exclusão dos segurados deverão ocorrer uma vez a cada mês, considerando cobertura de mês cheio, em data a ser definida pela contratante. Serão processados através de envio pela CONTRATANTE da relação, por meio eletrônico, contendo nome completo, CPF, data de nascimento, sempre que necessário.

### 3.10. CUSTO ATUAL

3.10.1. Custo, quantidades, capitais segurados e taxa atual

Descrição	Qtde	Unid.	Vlr Unit (R\$)	Vlr Total (R\$)
Contratação de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais	400	SV	R\$ 4,80	R\$ 1.920,00

### 3.11. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: APÓLICE E CERTIFICADOS

3.11.1. A seguradora contratada deverá emitir a Apólice no prazo máximo de 24 horas após a assinatura do contrato, a qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados (capitais segurados), prazo de vigência e condições gerais.

3.11.2. A seguradora contratada fornecerá, podendo ser via online, ao estipulante um Certificado Individual no início de cada seguro, a cada inclusão, e em cada uma das renovações subsequentes, contendo o número da apólice, os nomes do Estipulante e do segurado, as datas de início e término de vigência da cobertura e os capitais segurados relativos a cada cobertura contratada.

### 3.12. SINISTRO (SEGURO DE VIDA)

3.12.1. Na ocorrência de sinistro, a CEPHAS/Fundhas deverá avisar imediatamente à seguradora, após o recebimento da certidão de óbito. A Seguradora deverá enviar a lista de documentos à CEPHAS/Fundhas que encaminhará ao beneficiário e/ou responsável para preencher o formulário de aviso de sinistro e apresentar a

documentação solicitada, conforme definida nas condições gerais do seguro.

3.12.2. O prazo para liquidação dos sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, para todas as coberturas, contados a partir da entrega da documentação exigida, e deverá ser pago em parcela única, no banco informado pelo beneficiário ou responsável.

3.12.3. A falta de pagamento da indenização no prazo previsto no item 3.12.2. implicará na aplicação de juros de mora a partir desta data, sem prejuízo de sua atualização, além da aplicação das sanções administrativas estipulados no contrato.

3.12.4. Se a indenização for por invalidez parcial dos empregados, será permitida a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença de prêmio cabível, deduzindo do valor a ser indenizado.

3.12.5. Se a indenização for por invalidez total, o segurado deixará de fazer parte do grupo de segurados ou conforme legislação vigente. Se o motivo da indenização foi acidental, será pago de acordo com o grau de invalidez.

3.12.6. Uma eventual recusa de sinistro, por eventos não previstos no edital, não será considerada como um descumprimento contratual, pois a cobertura securitária depende da análise das circunstâncias dos fatos, e da apresentação de documentos justificados à CONTRATANTE.

### **3.13. CONDIÇÕES GERAIS**

3.13.1. São de inteira responsabilidade da seguradora contratada todas as despesas com a implantação do plano, tais como: criação de cadastro, confecção de impressos, fornecimento de apólices e certificados etc. por meio físico ou remoto.

3.13.2. As condições contratuais deverão apresentar glossário, em linguagem clara e de fácil entendimento, com a definição dos termos técnicos e estrangeirismos utilizados.

3.13.3. As condições contratuais deverão dispor de forma clara e objetiva sobre a caracterização dos eventos cobertos, sendo vedado o estabelecimento de requisitos de caracterização que, na prática, não possam ser satisfeitos.

3.13.4. As coberturas contratadas vigorarão imediatamente após 01 de agosto de 2026, devendo a seguradora arcar com todos os sinistros acidentais ocorridos a partir desta data, exceto no caso de suicídio que terá 2 (dois) anos de carência, conforme Código Civil.

1. Para os segurados inscritos após o início de vigência do contrato, a cobertura terá início a partir de zero hora do dia de admissão destes no serviço contratado.

3.13.6. A indenização será paga de acordo com a legislação vigente.

3.13.7. As alterações, exclusões e novas inclusões de segurados serão enviadas pela CEPHAS/Fundhas por meio de planilha, conforme layout próprio da seguradora contratada ou, na falta deste, por simples comunicação da CEPHAS/Fundhas com as informações necessárias para identificação do segurado, via email.

3.13.8. A seguradora contratada deverá informar à CEPHAS/Fundhas sobre a finalização de todos os sinistros, bem como o valor da indenização.

3.13.9. O custo anual deverá atender o grupo de segurados mencionados no item 1.2.

3.13.10. É vedado qualquer tipo de reajuste durante a vigência do contrato.

3.13.11. É vedada a inclusão no custo do segurado de despesas de corretagem, agenciamento ou pró-labore.

3.13.12. A CONTRATADA deverá incluir todos os impostos incidentes no preço final do serviço, conforme legislação vigente.

3.13.13. Em razão da natureza jurídica da CONTRATANTE, fundação pública de direito privado integrante da Administração Pública, não haverá incidência do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF sobre a contratação do seguro objeto deste Termo de Referência, devendo as propostas apresentadas pelas licitantes considerar tal condição na composição do valor do prêmio.

#### **4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A presente contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Poderão ser realizados acréscimos ou supressões nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.

4.3. O prazo de vigência da Apólice será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, devendo vigorar a partir da assinatura do Contrato.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Condições de execução:**

5.1.1. O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato.

### **5.2. Do local e horário de entrega/execução:**

5.2.1. Local de Execução: CEPHAS - Colégio de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza, situado à Rua Tsunessaburo Makiguti, 399 - Floradas de São José, São José dos Campos - SP, CEP 12230-084.

### **5.3. Condições de recebimento do produto**

5.3.1. As regras para os recebimentos provisório e definitivo estão contidas no Plano Básico de Fiscalização - PBF, devidamente publicado no sítio eletrônico do Município, conforme Portaria 07/2024, de 09 de janeiro de 2024.

**5.4. Da forma de garantia, condições de manutenção e assistência técnica:** Não se aplica.

## **6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

6.1. Para a medição do objeto, sendo o caso de cronograma de entrega/ execução, este será anexo do contrato e deverá ser observado no processo de fiscalização.

6.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:

- a) número do contrato, da Autorização de Fornecimento ou empenho;
- b) número do processo;
- c) número da licitação;
- d) descrição detalhada do objeto;
- e) destaques de impostos ou motivo da isenção/imunidade/não incidência do ISSQN ou IRRF;

6.3. O contratado, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada pelo Contratante, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

1. Em caso de irregularidade do contratado, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 dias, sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

1.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.

1. Persistindo a irregularidade, o contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

6.5 A empresa contratada deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.

#### **6.6. PAGAMENTO:**

6.6.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a aprovação da documentação pelo fiscal. A emissão da nota fiscal deverá ser feita em relação ao serviço prestado no mês que antecedeu.

6.6.2. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da liquidação.

6.6.2. O documento de cobrança do Contratado será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pelo Contratado.

6.6.3. Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

1. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.6.4. O Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

6.6.5. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pelo Contratado, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

6.6.6. A Fundhas não realiza operações de crédito, câmbio e seguro.

6.6.7. O pagamento observará sempre o número de vidas cobertas para cada mês de vigência do contrato, com direito a inclusões/exclusões.

6.6.8. A vigência de novas inclusões podem ocorrer dentro do mês vigente, com emissão da fatura de pagamento para o mês seguinte.

6.6.9. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

6.6.10. O pagamento da fatura deverá ocorrer através de transferência bancária, não será aceito pagamento por boleto.

6.6.11. Aplica-se à contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento, conforme art. 33 da Lei 14.133/2021.

7.2. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos previstos no Edital da licitação.

7.3. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

7.4. Os preços propostos deverão estar de acordo com os praticados no mercado, e neles deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer outras despesas necessárias e não especificadas neste Termo de Referência, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta contratação.

7.5. As propostas deverão obedecer às especificações deste Termo de Referência, bem como ao detalhamento dos serviços, sua frequência e periodicidade, deveres, disciplina e gestão da qualidade.

## 8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor total estimado da contratação é R\$ 2.352,00, (dois mil trezentos e cinquenta e dois reais), conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.2 deste instrumento, definido nos moldes estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

## 9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**Recurso:** Municipal

**Dotação:** 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000

**Projeto:** 03 - Projeto CEPHAS

**Ficha:** 9

**Processo de Compra Digital nº 59/2026 – Pregão Eletrônico nº 90005/2026**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**Para elaboração da proposta, observar as condições do item 8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

À

Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas  
Rua Santarém, nº 560 – Bairro Parque Industrial  
São José dos Campos – SP

Processo de Compra Digital nº 59/2026

Pregão Eletrônico nº 90005/2026

Objeto: Contratação de seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência ou auxílio funeral, conforme Termo de Referência

Prezados Senhores,

Após analisarmos minuciosamente, o Edital de Licitação nº 6/2026, referente à presente licitação, e tomarmos conhecimento de todas as suas condições, propomos fornecer, sob nossa integral responsabilidade, o objeto deste Pregão, conforme a seguir discriminado:

Razão Social da Proponente:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço (rua, nº, bairro, cidade, estado, CEP):

Telefone:

E-mail:

Banco, Agência e Conta Corrente nº:

Item	Cód. CATSER	Descrição	Qtde	Unid.	Prêmio Unit. 12 meses	Prêmio Total 12 Meses
1	30142	Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para funcionários, Auxílio funeral para crianças e Indenização para adolescentes e aprendizes, conforme Termo de Referência (Cód. 41.1.2)	1	SV	R\$ _____	R\$ _____
2	906	Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para alunos dos cursos técnicos do Cephas (morte, invalidez permanente, parcial/total por acidente) - (Cód. 46.1.182)	1	SV	R\$ _____	R\$ _____



### 1.1. Planilha Quantitativa

Item	Descrição	Qtde	Unid.	Taxa (%)	Prêmio Mensal	Prêmio – 12 Meses
<b>Item 1 - Crianças, adolescentes, aprendizes, empregados</b>						
1.1	Empregados Capital segurado (média): R\$ 162.926,03	501	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
1.2	Adolescentes a partir de 14 anos Capital segurado: R\$ 3.000,00	1.941	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
1.3	Crianças até 13 anos Capital segurado: R\$ 3.000,00	2.446	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
<b>Item 2 - Alunos do curso técnico do Cephass</b>						
2.1	Alunos Capital segurado: R\$ 10.000,00	400	Sv	não se aplica	R\$ _____	R\$ _____

1. **Valor Total do(s) Item(s) Ofertados:** R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

2. **Descrição detalhada dos itens ofertados:** \_\_\_\_\_ (contendo as informações similares à especificação do Anexo I – Termo de Referência);

3. **Prazo de início e execução dos serviços:**

**Item 1:**

1. O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato.

2. A seguradora contratada deverá emitir a Apólice de Seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados (capitais segurados), prazo de vigência e condições gerais.

**Item 2:**

3. O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato.

4. A seguradora contratada deverá emitir a Apólice no prazo máximo de 24 horas após a assinatura do contrato, a qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados (capitais segurados), prazo de vigência e condições gerais.

4. **Local de entrega:** Almoxarifado da Sede da CONTRATANTE, situado na Rua Santarém, nº 560 – Bairro Parque Industrial, São José dos Campos – SP, CEP 12235-550, de 2ª à 6ª feira, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 16h00;

5. **Condições de pagamento:** Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços, objeto do Contrato, será efetuado em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, da seguinte forma:

1. Entrega da Nota Fiscal/Fatura correspondente à prestação mensal dos serviços;
2. Conferência e aprovação pelo Fiscal do Contrato;
3. Pagamento: em no mínimo 15 (quinze) dias após aprovação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratante.

6. **Vigência do Contrato:** 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021;
7. **Validade da proposta:** \_\_\_\_\_ (mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sessão pública do Pregão);
8. **Indicação do responsável pela assinatura do Contrato e do Termo de Ciência e de Notificação, nos termos das Instruções nº 1/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, atualizada pela Resolução nº 10/2024:** nome completo, cargo e nº do CPF: \_\_\_\_\_.
  - a) Quando não pertencer ao quadro societário da empresa, deverá apresentar procuração pública ou particular, com poderes para assinatura de Contrato em nome da CONTRATADA.

Processo de Compra Digital nº 59/2026 – Pregão Eletrônico nº 90005/2026

**ANEXO III – DECLARAÇÃO – MODELO**

À

Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas  
Rua Santarém, nº 560 – Bairro Parque Industrial  
São José dos Campos – SP

Processo de Compra Digital nº 59/2026

Pregão Eletrônico nº 90005/2026

Objeto: Contratação de seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência ou auxílio funeral, conforme Termo de Referência

Em cumprimento às determinações da Lei Federal nº 14.133, de 2021, **DECLARAMOS**, para fins de participação no Pregão Eletrônico acima, que:

1. Nossa empresa não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;
2. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
3. Não existe fato impeditivo à nossa habilitação;
4. Não possuímos em nosso quadro de pessoal, menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
5. Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV e do art. 1º, e no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal;
6. Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;
7. Estamos em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis;
8. Estamos ciente e concordamos com todas as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
9. Estamos cientes de que não poderemos, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Prefeitura, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores;
10. Estamos cientes de que devemos seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
11. Estamos cientes de que, conforme aplicável, devemos utilizar ações que fomentem o desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem, nos termos da Lei Municipal nº 10.713, de 2023.

Por ser a expressão da verdade, eu, \_\_\_\_\_(nome)\_\_\_\_\_, representante legal desta empresa, firmo a presente.

\_\_\_\_\_(local e data)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(assinatura autorizada)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(nome e cargo do signatário)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(nome e CNPJ da Empresa)\_\_\_\_\_

*\* O licitante deverá apresentar declaração conforme modelo constante deste anexo, em papel timbrado e assinado por sócio, proprietário ou procurador da empresa.*

Processo de Compra Digital nº 59/2026 – Pregão Eletrônico nº 90005/2026

ANEXO IV – CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026

**Contratantes:** Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas e a empresa \_\_\_\_\_

**Objeto:** Seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência ou auxílio funeral, conforme Termo de Referência

**Vigência:** 12 (doze) meses

**Valor:** R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

**Dotações Orçamentárias:** \_\_\_\_\_

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 90005/2026 – Processo de Compra Digital nº 59/2026

DAS PARTES

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado a **Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas**, pessoa jurídica de direito privado, criada na conformidade das disposições contidas na Lei Municipal nº 6428, de 20/11/2003, sediada na Rua Santarém, nº 560, bairro Parque Industrial, na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, CEP 12235-550, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.522.468/0001-63, neste ato representado por seu **Diretor Presidente, Sr. Juvenil de Almeida Silvério**, nomeado pelo Decreto Municipal nº 19.878, de 03 de fevereiro de 2025, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, sediada na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu/sua \_\_\_\_\_ (sócio, diretor etc) \_\_\_\_\_ Sr./Sra. \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, a vista do resultado do procedimento licitatório expresso no Pregão Eletrônico nº 90005/2026 – Processo de Compra Digital nº 59/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, celebram entre si o Contrato para **Seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência ou auxílio funeral, conforme Termo de Referência**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato, o **Seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência ou auxílio funeral, conforme Termo de Referência**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos seguintes quantitativos:

Item	Cód. CATSER	Descrição	Qtde	Unid.	Prêmio Unit. 12 meses	Prêmio Total 12 Meses
1	30142	Seguro de vida e acidentes pessoais para funcionários, Auxílio funeral para crianças e Indenização para adolescentes e aprendizes, conforme Termo de Referência (Cód. 41.1.2)	1	Sv	R\$ _____	R\$ _____

2	906	Seguro de vida e acidentes pessoais para alunos dos cursos técnicos do Cephas (morte, invalidez permanente, parcial/total por acidente) - (Cód. 46.1.182)	1	SV	R\$ ____	R\$ ____
---	-----	---	---	----	----------	----------

#### 1.1.1. Planilha Quantitativa

Item	Descrição	Qtde	Unid.	Taxa (%)	Prêmio Mensal	Prêmio – 12 Meses
Item 1 - Crianças, adolescentes, aprendizes, empregados						
1.1	Empregados Capital segurado: R\$ 162.926,03	501	Sv	____	R\$ ____	R\$ ____
1.2	Adolescentes a partir de 14 anos Capital segurado: R\$ 3.000,00	1.941	Sv	____	R\$ ____	R\$ ____
1.3	Crianças até 13 anos Capital segurado: R\$ 3.000,00	2.446	Sv	____	R\$ ____	R\$ ____
					Valor Total Item 1: R\$ _____	
Item 2 - Alunos do curso técnico do Cephas						
2.1	Alunos Capital segurado: R\$ 10.000,00	400	SV	não se aplica	R\$ ____	R\$ ____

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos citados.

#### CLÁUSULA 2ª – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, na forma dos art. 105 a 107, da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a CONTRATANTE mantém interesse na realização do serviço;
4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA 3ª – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A CONTRATADA deverá proceder à entrega dos serviços conforme o que se segue:

#### **Item 1:**

1. O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato.

2. A seguradora contratada deverá emitir a Apólice de Seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados (capitais segurados), prazo de vigência e condições gerais.

#### **Item 2:**

3. O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato.

4. A seguradora contratada deverá emitir a Apólice no prazo máximo de 24 horas após a assinatura do contrato, a qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados (capitais segurados), prazo de vigência e condições gerais.

3.3. A CONTRATADA se obriga à execução integral dos serviços objeto deste Contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, seja por erro seja por omissão.

3.4. A entrega dos serviços e o recebimento dos mesmos deverão seguir ainda, as disposições descritas nos item 5 do Termo de Referência.

### **CLÁUSULA 4ª – DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA 5ª – DOS VALORES**

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos do Orçamento 2026 (Recursos Próprios/Tesouro), dotações orçamentárias:

a) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 9, Projeto 1, Centro de Custo 6051;

b) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 9, Projeto 2, Centro de Custo 6051;

c) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 9, Projeto 3, Centro de Custo 6051;

- d) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 9, Projeto 4, Centro de Custo 6051;
- e) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 9, Projeto 5, Centro de Custo 6051;
- f) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.501.04.1100000, Ficha 6, Projeto 16, Centro de Custo 6051;
- e) 01.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 9, Projeto 3, Centro de Custo 6068.

5.2. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução total dos serviços objeto deste Contrato, o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

5.3. Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços, objeto do Contrato, será efetuado em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, da seguinte forma:

1. Entrega da Nota Fiscal/Fatura correspondente à prestação mensal dos serviços;
2. Conferência e aprovação pelo Fiscal do Contrato;
3. Pagamento: mínimo de 15 (quinze) dias após aprovação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratante.

5.4. A liquidação dos valores correspondentes à entrega dos serviços será realizada através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

5.5. A entrega das notas fiscais/faturas à CONTRATANTE, correspondentes à execução dos serviços não poderá exceder 2 (dois) dias úteis à sua emissão.

5.6. Caso seja emitido Nota Fiscal Eletrônica o e-mail para cadastro no sistema é: [almoxarifado@fundhas.org.br](mailto:almoxarifado@fundhas.org.br).

5.7. As empresas prestadoras de serviços inscritas no Cadastro de Contribuintes Mobiliários de São José dos Campos estão obrigadas, por ocasião da prestação de serviços, à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, a partir de 01/04/2016.

5.8. A CONTRATANTE se reserva o direito de descontar do pagamento, eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos, e prejuízos contra terceiros.

5.9. Em caso de erros ou omissões nas notas fiscais, o prazo estipulado no **subitem 5.3.** será contado a partir da data de sua reapresentação.

5.10. Os preços deverão incluir todos os custos e despesas tais como, mas não limitados a tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.11. Aplica-se a contratação derivada da referida licitação, o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda – IR, por parte da Administração Pública Municipal.

5.12. Os critérios de pagamento dos serviços deverão seguir ainda, as disposições descritas no **item 6. do Termo de Referência (Item 1 e Item 2).**

#### CLÁUSULA 6ª – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contados da data-base vinculada à data do orçamento estimado, sendo esta a data de **22/05/2026**.

6.2. A CONTRATANTE concederá reajuste no preço à CONTRATADA, segundo inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro valor menor de comum acordo entre as partes, para continuidade da prestação dos serviços, decorridos 12 (doze) meses da data-base vinculada à data do orçamento estimado - **22/05/2026**, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

6.5. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

6.7. Caso haja reajuste, este poderá ser realizado por apostilamento.

6.8. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA devidamente instruída e endereçada à Divisão de Contratos da CONTRATANTE. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até 30 (trinta) dias antes de completar a anualidade prevista no **item 4 e 7 dos Termos de Referência do item 1 e 2, respectivamente**.

6.9. Caso a CONTRATADA não efetue de forma tempestiva o requerimento ao reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar, entendido este ato como renúncia ao direito de reajuste por parte da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
4. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
6. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação;
7. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;



8. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA 8ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. São obrigações da CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Contrato e seus anexos;
2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
3. Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
  - a) O Fiscal do Contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - b) O Fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - c) Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
  - d) Para fins deste item, também se compreende como obrigação da CONTRATADA liberar a parcela incontroversa no prazo previsto para o pagamento no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143, da Lei nº 14.133, de 2021.
5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
6. Aplicar à CONTRATADA, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
7. Cientificar a Diretoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de Processo Administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
10. Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. A fiscalização da fase de execução dos contratos celebrados nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, está disciplinada pela Portaria nº 7/2024 – Fundhas.

### CLÁUSULA 9ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

9.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos art. 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709, de 2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do Contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- c. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Eventualmente, as partes podem ajustar que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste Contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- d. Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação com a CONTRATANTE;
- e. Encerrada a vigência do Contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

9.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

9.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente Contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

9.4. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

9.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente a CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da CONTRATANTE ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709, de 2018, e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

9.6. O preposto da CONTRATADA manterá contato formal com o preposto da CONTRATANTE, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

9.7. A critério do preposto da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste Contrato, no tocante a dados pessoais.

9.8. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

#### **CLÁUSULA 10ª – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA 11 – DO RECEBIMENTO**

11.1. O recebimento será provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação do Termo de Referência e, definitivo, após a verificação do conteúdo deste instrumento e proposta da CONTRATADA, e consequente aceitação.

11.2. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto e estar em conformidade com os termos da Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, se o caso.

1. O não atendimento da prescrição acima sujeita a CONTRATADA à recusa do recebimento do serviço, bem como às demais sanções legais e contratuais cabíveis.

11.3. O recebimento provisório será feito mediante a execução do objeto, conforme constar do Contrato.

11.4. O recebimento definitivo será realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento provisório, se não houver, antes disso, qualquer comunicado por parte da CONTRATANTE.

1. Antes do término do prazo estabelecido, ocorrendo reprovação na conferência, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, estipulando prazo máximo para realização das correções necessárias na execução do objeto.

11.5. Não será aceito serviço com preço divergente do constante no Contrato e proposta vencedora.

11.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e garantia do objeto.

11.7. Não será permitida a entrega do objeto contratado sem que a CONTRATANTE emita, previamente, a respectiva Autorização de Fornecimento.

#### **CLÁUSULA 12 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Licitante/Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do Contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas *b, c, d, e, f e g* do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas *h, i, j, k e l* do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas *b, c, d, e, f e g*, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
4. Multa:
  - a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - b) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - c) compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - d) compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.

12.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em Processo Administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

2. As peculiaridades do caso concreto;
3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. Os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e Contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12. Os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, estão disciplinadas pela Portaria nº 19/2024 – Fundhas.

### **CLÁUSULA 13 – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

13.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

1. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferecer vantagem;
2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;
3. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1. Nesta hipótese, aplicam-se também, as disposições dos art. 138 e 139 da mesma Lei.
2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.
  - b) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido por:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

13.4. Constituirão motivos para extinção do Contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do Processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas correlatas ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que restrinja sua capacidade de concluir o Contrato;
4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;
6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
8. Razões de interesse público, justificadas pela CONTRATANTE;
9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

#### **CLÁUSULA 14 – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, DE 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos estabelecidos pelo Código Civil.

#### **CLÁUSULA 15 – DAS ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da Diretoria Jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do Aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Os registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do art. 136, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA 16 – DO FORO COMPETENTE

16.1. Fica eleito o Foro de São José dos Campos – SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do presente Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E por estarem assim, justos e acertados, assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor, para que as Cláusulas aqui avençadas produzam seus efeitos jurídicos e legais.

São José dos Campos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Juvenil de Almeida Silvério  
Diretor Presidente  
Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas  
CONTRATANTE

XXXXXXXX  
XXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA

(Anexar cópia do TR, proposta da CONTRATADA e demais documentos pertinentes)



Processo de Compra Digital nº 59/2026 – Pregão Eletrônico nº 90005/2026

**ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO – MODELO**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

CONTRATANTE: Fundação Hélio Augusto de Souza

CONTRATADA: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº: \_\_\_\_/2026

OBJETO: Seguro coletivo de pessoas, nas modalidades seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos, e assistência ou auxílio funeral, conforme Termo de Referência

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São José dos Campos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE, RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME, ORDENADOR DE DESPESAS E RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE – PELA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL(IS) QUE ASSINOU(ARAM) O AJUSTE – PELA CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

Processo de Compra Digital nº 59/2026 – Pregão Eletrônico nº 90005/2026

ANEXO VI – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – MODELO

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

O \_\_\_\_\_ (empresa/órgão emissor) \_\_\_\_\_, de acordo com o requerido pela empresa \_\_\_\_\_ (razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, situada na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, ATESTA para fins de apresentação em licitações de órgãos públicos, que a empresa acima mencionada forneceu \_\_\_\_\_, através do Contrato / Ata de Registro de Preços, no período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, não havendo até o presente momento que desabone sua conduta comercial.

Declaramos igualmente, que o serviço fornecido atendeu às exigências de qualidade, periodicidade e prazos pré-estabelecidos.

Contrato nº: \_\_\_\_\_

Processo nº: \_\_\_\_\_

Item	Descrição detalhada do serviço	Unidade
1.	xxxxx	xxxx

Quantidades e Valores do Contrato:

Quantidade			Valor		
Quantidade total contratada	Quantidade total executada	Saldo	Valor total contratado	Valor total executado	Saldo
xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx

Local e data

Assinatura

Identificação e cargo do signatário

(em papel timbrado da empresa/órgão emissor)